



INSPEÇÃO CORREICIONAL

VARA ÚNICA DA COMARCA DE MÃE DO RIO

Comarca	Mãe do Rio
Unidade inspecionada	Vara Única
Competência da unidade	Geral – ampla competência
Ato normativo	Execução penal – regime aberto
Data de inspeção/edital	09 e 10/05/2024 – Edital de Correição n. 02/2024-CGJ, publicado no Diário de Justiça Eletrônico de 23/02/20204.
Responsável pelo preenchimento do questionário na unidade	Diogo Bonfim Fernandez – Juiz de Direito



Foto: Fachada do Fórum da Comarca de Mãe do Rio em 09/05/2024



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

Anotação da Unidade: 22/01/2024 em diante

Observação da Corregedoria: O Exmo. Sr. Dr. Diogo Bonfim Fernandez é o juiz titular da Comarca desde 22/01/2024 e atua na 49ª Zona Eleitoral.

1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 03 (três) meses:

- a. Férias: Não
- b. Folgas compensatórias: Sim (Folga de plantões)
- c. Licenças: Não

1.3. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

Anotação da Unidade: 2

Observação da Corregedoria: A servidora Claudiana Hage, Diretora de Secretaria da Corregedoria Geral de Justiça lavrou certidão nos seguintes termos: *"Informe, que consultando o sistema PJECor desta Corregedoria, usando o parâmetro: "Mãe do Rio – Vara Única - TJPa", não foi localizado nesta Corregedoria expedientes disciplinares em tramitação; Informe ainda, que foi localizado expedientes administrativos em andamento, a saber: PP 0004534-91.2023.2.00.0814 (Para cumprimento de despacho), PP 0001016-59.2024.2.00.0814 (Conclusos com manifestação); Informe por derradeiro, que nada foi localizado em desfavor do magistrado titular da Vara, Dr. Diogo Bonfim Fernandez"*.

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal:

2.1.1 Secretaria



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Nome	Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/requisitado/estagiário/ terceirizado)
Mauro André Figueiredo Pena	Analista Judiciário – Diretor de Secretaria
Italo Lages Paz	Auxiliar Judiciário (iniciou suas atividades no dia 09/05/2024).
Telma Sueli do Rego Rodrigues	Auxiliar Judiciário
Lucas Félix dos Santos	Cedido da Prefeitura Municipal
Luciana Barbosa do Nascimento	Cedida da Prefeitura Municipal
Wilson Fernandes Leal	Cedido da Prefeitura Municipal
Aliane Silva de Souza	Cedida da Prefeitura Municipal

2.1.2. Gabinete:

Nome	Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/requisitado/estagiário/ terceirizado)
Carolina Andrade do Amaral	Assessora (exclusivamente comissionada)
Francisco Cicero do Amaral Neto	Analista Judiciário (em teletrabalho)
Idiraci Romano de Jesus	Agente de segurança (auxilia nas audiências)
Luzia Neiriene de Souza Moreira	Estagiária

Observação da CGJ: A assessora entrará em teletrabalho em junho de 2024 (SIGADOC n. TJPA-REQ 2024/03792).

2.1.3. SERVIDORES DO FÓRUM/OFICIAIS DE JUSTIÇA:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Nome	Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/requisitado/estagiário/terceirizado)
Francisco Luduvico da Costa	Agente de Segurança (Recepção)
Ademário Silva de Jesus	Auxiliar Judiciário (protocolo)
Narjara Kelly Queiroz de Oliveira	Analista Judiciário - Assistente social
Alex de Lima Braga	Chefe da UNAJ – exclusivamente comissionado
Francisco de Oliveira Nascimento	Oficial de Justiça
Hugo Portela Costa Santos Filho	Oficial de Justiça
Leonice Oliveira da Silva	Terceirizada - Serviços gerais
Leidejane Silva do Nascimento	Serviços gerais – cedida da Prefeitura Municipal
Francisco Flávio de Amorim Lopes	Vigilante

QUADRO DE PESSOAL TOTAL SECRETARIA/GABINETE:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos (as)	05
Exclusivamente comissionados(as)	01
Cedidos(as)/Requisitados(as)	04
Estagiários/as	01
Terceirizados/as	01

Observação da Corregedoria: Nas férias e afastamentos, o Diretor de Secretaria é substituído pelo servidor Francisco Cícero do Amaral Neto, analista judiciário.

2.2. Como é feito o acompanhamento dos resultados a partir das metas fixadas



no plano de ação para 2024?

Anotação da Unidade: Comparação através dos dados da plataforma Gestão Judiciária.

Observação da Corregedoria: A última autocorreição da Unidade foi realizada pelo magistrado substituto que respondia pela Comarca, Exmo. Dr. Rodrigo Almeida Tavares, no período de 22 a 24/08/2023 e encaminhada ao Órgão Correicional nos autos pjecor n. 0003251-33.2023.2.00.0814. O plano de ação para o ano corrente foi apresentado no pedido de providências n. 0001016-59.2024.2.00.0814, autuado na Corregedoria Geral, com objetivos de (1) *redução do percentual de processos antigos pendentes de julgamento – PAPJ* e (2) *redução de tempo médio de tramitação de processos pendentes – TMT*.

2.3. Quais cursos ofertados pela Escola Judicial foram realizados pelos servidores da unidade judicial nos últimos 24 meses? Informar nome do servidor, curso e data de realização. A realização de cursos está sendo observada pelos gestores no momento da avaliação periódica de desempenho do servidor?

Anotação da Unidade:

1 - Pós-Graduação em Processo Civil: servidor Mauro André Figueiredo Pena;

2 – PJE e suas funcionalidades – Ofício Precatório: servidor Francisco Cicero do Amaral Neto;

3 – Workshop: a nomeação padrão de etiquetas no PJE: servidor Francisco Cicero do Amaral Neto.

Observação da Corregedoria: Todos os servidores (**efetivos, exclusivamente comissionados e cedidos**) **devem realizar cursos de aperfeiçoamento e qualificação**, os quais são disponibilizados na plataforma EAD da Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará. Foi recomendado ao magistrado que oriente os servidores que realizem os cursos de formação continuada, especialmente para consideração quando do momento da avaliação relacionada à progressão funcional.



3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do Gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

Anotação da Unidade: Não

Observação da Corregedoria: O Fórum da Comarca está instalado em um prédio que era, há muitos anos atrás, um posto médico. Foi reformado e doado pela Prefeitura em 1989 para que fosse o Fórum da Comarca. Ao passar dos anos foi sendo reformado. A estrutura predial não permite que todos os servidores da Secretaria fiquem juntos, havendo uma divisão em 02 (duas) Secretarias, cível e criminal. O Diretor de Secretaria tem sua estação de trabalho na Secretaria Cível, mas se desloca também para a Secretaria Criminal. Durante os trabalhos de Inspeção verificou-se que a cadeira utilizada pelo Diretor de Secretaria não é adaptada às suas necessidades, tendo sido orientado a solicitar uma nova, o que foi providenciado através do siga-doc PAMEM 2024/26868.

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

***Data de coleta de dados pela Unidade:** 02/05/2024

Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Total na data Inspeção (09/05/2024)
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo TOTAL)	4.222	4.297
Total de processos no acervo ATIVO	4.162	4.135



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	144	162
Total do acervo com prioridade	608	606
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	102	144
Total de processos com prioridade legal sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	11	14
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	2.517	2.526
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	725	709
Total de processo conclusos para o(a) magistrado há mais de 100 dias envolvendo prioridade legal	53	54

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

**Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária*

Período: 07/02/2024 a 07/05/2024

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	340
Total de processos julgados	247
Total de processos baixados definitivamente do acervo	496



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

ENTRADA DE FEITOS – 90 DIAS – PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA



Tribunal de Justiça do Estado do Pará

PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

AMBIENTE DE RELATÓRIOS

MÃE DO RIO VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO

ENTRADA DE FEITOS
403

Resumo de entrada de feitos judiciais na unidade

CATEGORIA/FASE/AREA	Denúncia	DISTRIBUIÇÃO	Mudança de Classe Processual	Petição	Redistribuição	Total
CARTAS PRECATÓRIAS		39				39
CONHECIMENTO CIVEL		132			5	137
CONHECIMENTO CRIMINAL	3	51		47	1	102
EXECUÇÃO CIVEL		14		12		26
EXECUÇÃO CRIMINAL		1		1	3	5
OUTROS		6				6
Total	3	330		59	10	403

Selecione um período:
07/02/2024 07/05/2024

ENTRADA DE FEITOS

BAIXA PROCESSUAL 2023:

PIB 2023 - RESULTADO FINAL - UNIDADES COM META CUMPRIDA - Selo "Unidade de alta Produtividade"

DECOMARCA	DEUNIDADE	META DE BAIXAS	BAIXAS	CUMPRIMENTO
MÃE DO RIO	VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO	789	1.122	142,29%

BAIXA PROCESSUAL 2024:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
DEPGE/COCIM
PROGRAMA DE INCREMENTO DE BAIXAS - PIB 2024

Atualizado até: 30/04/2024 18:56:04

Selecione a Unidade Judiciária: VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO

Metas atualizadas para o bimestre março-abril conforme Portaria nº 1169/2024-GP (08/03/2024). Ver mais em Portal do PIB.

CUMPRIMENTO ANO/MÊS

BAIXADOS_PIB MET_PIB_R

MÉDIA BAIXADOS: 156

ANO	MÊS	BAIXADOS_PIB	MET_PIB_R
2024	jan	129	86
2024	fev	75	86
2024	mar	206	82
2024	abr	215	82

SITUAÇÃO MENSAL

82 META MENSAL
215 BAIXADOS MENSAL
261,31% CUMPRIMENTO MENSAL (%)

SITUAÇÃO ACUMULADA (4 meses)

336 META ACUMULADA
625 BAIXADOS
186,15% CUMPRIM. ACUM. (%)

ANO Mês: 2024 abr

EVOLUÇÃO DOS PROCESSOS BAIXADOS (MENSAL/DIÁRIA)

Processos

ANO	DTEVENTO	CLASSE	IDCNU	CTG	DEUNIDADE
2024	01/04/2024	283-Ação Penal - Pro.	0005375445018140827	1	VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO
2024	02/04/2024	229-Termo Circunst.	00083729620278140827	1	VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO
2024	02/04/2024	10944-Ação Penal - P.	000008421120178140827	1	VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO
2024	02/04/2024	12541-Divórcio Litig.	00025924220188140827	1	VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO
2024	02/04/2024	7-Processamento Comu	00084311120888140827	1	VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO
2024	02/04/2024	388-Execução da Pena	00018455220188140827	1	VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO
2024	03/04/2024	69-Alimentos - Lei E.	00008420720198140827	1	VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO
2024	03/04/2024	69-Alimentos - Lei E.	00000934220248140827	1	VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO
2024	03/04/2024	156-Cumprimento de s.	00002228120238140827	1	VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO
2024	03/04/2024	69-Alimentos - Lei E.	00000048480238140827	1	VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO
2024	03/04/2024	69-Ação Civil Pública	0000003320238140827	1	VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO
2024	03/04/2024	1432-Execução de Ali	000006201320218140827	1	VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO
	Total				215



4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

Período: 07/02/2024 a 08/05/2024 – 90 dias

NOME	DESPACHOS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	TOTAL DE SENTENÇAS	SENTENÇAS HOMOLOGATÓRIAS	RECURSOS I
DIOGO BONFIM FERNANDEZ	399	408	222	6	
ITALO GUSTAVO TAVARES NICACIO	26	28	10		
CELSO QUIM FILHO		2	2		
Total	425	438	234	6	

4.4. É realizado acompanhamento de processos paralisados no PGJ para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

Anotação da Unidade: Não

Observação da que: Verificou-se que não há controle estabelecido, considerando que na data inspeção (09/05/2024) a Unidade possuía, segundo o Painel de Gestão Judiciária, **853** processos paralisados há mais 100 dias, sendo **144** na Secretaria e **709** em Gabinete. O magistrado reportou que o controle dos processos paralisados em gabinete é feito por ele e pela Assessora. E em secretaria é feito pelo Diretor de Secretaria.

5. METAS NACIONAIS E DIRETRIZES DO CNJ/2024:

5.1. Qual ação estabelecida no planejamento da unidade para cumprimento da Meta 1/2024-CNJ?

Anotação da Unidade: Gab - Esforço para julgar número maior de processos do que os novos; Sec – esforço para movimentar/arquivar os processos da meta;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Observação da Corregedoria: No ano de 2023, a Unidade cumpriu as Metas 1, 4 e 10, não cumprindo as Metas 2, 8 e 11, conforme índices abaixo:

Meta 1	Meta 2	Meta 4	Meta 8 FEM	Meta 8 VDM	Meta 10	Meta 11
Meta cumprida Situação 149,40% Grau de Cumprimento 750 Processos Distribuídos 1.122 Processos Julgados	Não cumprida Situação 77,47% Grau de Cumprimento 61,97% Grau de Julgamento 2.369 Meta de Processos 1.835 Processos Julgados 534 Necessidade de Julgar	Meta cumprida Situação 100,59% Grau de Cumprimento 65,38% Grau de Julgamento 17 Meta de Processos 17 Processos Julgados 0 Necessidade de Julgar	Não se aplica Situação Não se aplica Grau de Cumprimento Não se aplica Grau de Julgamento Não se aplica Meta de Processos Não se aplica Processos Julgados Não se aplica Necessidade de Julgar	Não cumprida Situação 48,25% Grau de Cumprimento 28,95% Grau de Julgamento 69 Meta de Processos 33 Processos Julgados 36 Necessidade de Julgar	Meta cumprida Situação 200,00% Grau de Cumprimento 60,00% Grau de Julgamento 2 Meta de Processos 3 Processos Julgados -1 Necessidade de Julgar	Não cumprida Situação 80,77% Grau de Cumprimento 64,62% Grau de Julgamento 156 Meta de Processos 126 Processos Julgados 30 Necessidade de Julgar
Unidade Selec.	Dados de 2023 com referência do Glossário de Metas de 2022. Os dados podem sofrer alterações com a publicação do Glossário de 2023					Unidade Selec.

No ano corrente, a Unidade se encontra com os seguintes índices parciais no cumprimento das Metas Nacionais, devendo ser destacado a satisfatória manutenção do índice de cumprimento da Meta 1:

Meta 1	Meta 2	Meta 2 +14	Meta 4	Meta 8 FEM	Meta 8 VDM	Meta 10	Meta 11
Meta cumprida Situação 148,46% Grau de Cumprimento 292 Processos Distribuídos 435 Processos Julgados	Não cumprida Situação 76,88% Grau de Cumprimento 61,51% Grau de Julgamento 2.232 Meta de Processos 1.716 Processos Julgados 516 Necessidade de Julgar	Não cumprida Situação 59,15% Grau de Cumprimento 59,15% Grau de Julgamento 164 Meta de processos 97 Processos Julgados 67 Necessidade de Julgar	Não cumprida Situação 83,92% Grau de Cumprimento 54,55% Grau de Julgamento 15 Meta de Processos 12 Processos Julgados 3 Necessidade de Julgar	Não se aplica Situação Não se aplica Grau de Cumprimento Não se aplica Grau de Julgamento Não se aplica Meta de Processos Não se aplica Processos Julgados Não se aplica Necessidade de Julgar	Não cumprida Situação 34,19% Grau de Cumprimento 30,77% Grau de Julgamento 106 Meta de Processos 36 Processos Julgados 70 Necessidade de Julgar	Não cumprida Situação Grau de Cumprimento Grau de Julgamento 2 Meta de Processos 0 Processos Julgados 2 Necessidade de Julgar	Não cumprida Situação 62,87% Grau de Cumprimento 56,59% Grau de Julgamento 185 Meta de Processos 116 Processos Julgados 69 Necessidade de Julgar
Unidade Selec.	Dados de 2024 com referência do Glossário de Metas de 2022. Os dados podem sofrer alterações com a publicação do Glossário de 2024					Unidade Selec.	

5.2. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2/2024-CNJ? E quantos destes aguardam julgamento há mais de 10 (dez) anos?



(gestão judiciária)

Anotação da Unidade: 545

Observação da Corregedoria: Na data da inspeção o Painel de Metas Nacionais apontava que se encontram pendentes de julgamento 516 processos da Meta 2.

5.3. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento das Metas 4, 8, 10, 11/2024-CNJ? (gestão judiciária)?

Anotação da Unidade:

META 4: 3

META 8: 72

META 10: 2

META 11: 69

5.4. Houve diminuição da Taxa de congestionamento da unidade judicial (como parâmetro inicial 01.01.24 e final a data de realização da inspeção)?

Percentual TCL em 01.01.2024: 74,40%

Percentual TCL data da inspeção: 70,9%

Anotação da Unidade: A UJ tem se esforçado ao máximo para julgar e baixar a maior quantidade de processos possíveis.

Observação da Corregedoria: No período da Inspeção a Unidade contava com a seguinte taxa de congestionamento.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
 PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

MÃE DO RIO VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO

TCL - Taxa de Congestionamento Líquida
 70,57%
 Taxa de Congestionamento Líquida

3.622 Casos Pendentes
 162 Processos Suspensos
 1.443 Processos Baixados

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE	...
0000019820048140027	2004	PJE1G	1116	EXECUÇÃO FISCAL	60
00000020520128140027	2012	PJE1G	7	Procedimento Comum	11
00000042420028140027	2002	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	34
00000078619968140027	1996	PJE1G	282	Ação Penal de Competência do Júri	33
00000090720068140027	2006	PJE1G	1116	EXECUÇÃO FISCAL	60
00000108420098140027	2009	PJE1G	7	Procedimento Comum	11
00000109420038140027	2003	PJE1G	1116	EXECUÇÃO FISCAL	60
00000128320118140027	2011	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	1
00000133420128140027	2012	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	34
00000136820118140027	2011	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	34
00000145320118140027	2011	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	34
00000186120098140027	2009	PJE1G	81	Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária	11
00000192220048140027	2004	PJE1G	282	Ação Penal de Competência do Júri	33
00000198020088140027	2008	PJE1G	1707	Reintegração / Manutenção de Posse	11
00000213520178140027	2017	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	34
00000219820188140027	2018	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	11
00000223520088140027	2008	PJE1G	7	Procedimento Comum	71
00000235019908140027	1990	PJE1G	282	Ação Penal de Competência do Júri	33
00000242019998140027	1999	PJE1G	282	Ação Penal de Competência do Júri	33



**APLICAÇÃO E GESTÃO DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS -
DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 05/2024- CORREGEDORIA
NACIONAL**

5.5. Nos processos suspensos em razão do aguardo de julgamento de precedentes foram lançadas etiquetas com a identificação do tema e órgão responsável pelo julgamento?

Anotação da Unidade: Não

Observação da Corregedoria: Deve ser providenciada a identificação destes feitos.

5.6. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas?

Anotação da Unidade: Desconhecido

Observação da Corregedoria: Deve ser providenciada a identificação deste quantitativo e os respectivos temas.

5.7. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos?

Anotação da Unidade: De imediato

5.7. Existem processos ainda suspensos cujos temas já tenham sido julgados pelas Cortes Superiores?

Anotação da Unidade: A analisar

Observação da Corregedoria: O magistrado informou que não possui no momento este controle, porém, orientou os servidores para que identifiquem tais processos com uso de etiquetas.

5.8. Nos processos suspensos em razão de estarem aguardando julgamento de



precedente são lançadas etiquetas com identificação do tema e órgão responsável?

Anotação da Unidade: Não

Observação da Corregedoria: O magistrado informou que não há processos aguardando julgamento precedente e quando houver serão utilizadas etiquetas.

5.9. Em que periodicidade são revistos os processos que se encontram suspensos por aguardarem julgamento vinculante de Tribunal?

Anotação da Unidade: Quando toma conhecimento do julgamento

Observação da Corregedoria: O magistrado informou que não tem conhecimento da existência de processos nestas condições.

5.10. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?

Anotação da Unidade: Consulta através do sítio do Tribunal que julgará o tema. Mensal.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

5.11. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade nos últimos 12 meses?

Anotação da Unidade: 1, porém está designada a data de 22/05/2024 para a realização do ato nos seguintes processos (0800945-03.2023; 0800104-71.2024; 080108-11.2024; 0800216-44.2024).

Observação da Corregedoria: O magistrado reportou que já fez audiências concentradas mas que há poucas crianças acolhidas. Informa que possui controle do prazo. Em relação aos processos de medidas socioeducativas de internação a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

execução é feita pela Comarca de Belém.

5.12. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar a medida protetiva de acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses?

Anotação da Unidade: 1, vide observação acima.

5.13. Há na comarca Programa ou Projeto que objective o desenvolvimento de ações voltadas ao processo de desinstitucionalização do jovem que vive em casa de acolhimento institucional, em vias de completar 18 anos? (*Diretriz estratégica 10 da Corregedoria Nacional 2024*)

Anotação da Unidade: Não.

Observação da Corregedoria: O magistrado está na Unidade desde 20 de janeiro de 2024, e ainda, não conseguiu implementar um diálogo institucional. Foi recomendado o desenvolvimento de ações voltadas ao processo de desinstitucionalização dos jovens.

REGISTROS PÚBLICOS

5.14. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? (*Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024*)

Anotação da Unidade: A verificação é realizada anualmente, em correição.

Observação da Corregedoria: O magistrado informou que realizou correição em fevereiro de 2024 no cartório extrajudicial por ter assumido como titular a Unidade em 20 de janeiro de 2024.

5.15. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o



cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? *(Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)*

Anotação da Unidade: Não possui posto avançado.

5.16. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro de nascimento após o prazo legal” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se aguardando julgamento? *(Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)*

Anotação da Unidade: Não é feita a identificação. Nenhum processo com esse assunto para julgamento.

5.17. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? *(Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2023)*

Anotação da Unidade: Não há.

Observação da Corregedoria: O magistrado informou que tendo em vista o curto período desde que assumiu a Unidade, 20 de janeiro de 2024, não tem conhecimento se há sub registro civil na Unidade.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL/FALÊNCIA

5.18. O Juízo de Recuperação Judicial/Falência, ao deferir o processamento de recuperação judicial ou decretar falência, tem oficiado ao Núcleo de Cooperação Judiciária do TRT 8ª Região solicitando lista completa de processos trabalhistas de CONHECIMENTO, LIQUIDAÇÃO e EXECUÇÃO, que tramitem contra a sociedade empresária ou grupo econômico reconhecido judicialmente como beneficiado com o deferimento do processamento da recuperação judicial (Termo de Cooperação Jurisdicional nº 001/2023, celebrado



entre TJPA e TRT 8ª Região, em 30.10.2023)?

Anotação da Unidade: Não há na Unidade nenhum processo sobre recuperação judicial/falência.

**CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO – RESOLUÇÃO Nº 471/2022-CNJ –
DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 11 CORREGEDORIA NACIONAL**

5.19. O juízo tem observado os requisitos para a distribuição das ações de execução fiscal a partir do julgamento do TEMA 1182 pelo Supremo Tribunal Federal?

Anotação da Unidade: Não.

Observação da Corregedoria: Deve ser providenciado a observância do tema.

**AÇÕES AMBIENTAIS – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 13/2024
CORREGEDORIA NACIONAL**

5.20. As demandas envolvendo matéria ambiental recebem etiqueta de identificação “AÇÃO AMBIENTAL”?

Anotação da Unidade: Não.

Observação da Corregedoria: A Unidade foi orientada a providenciar a criação de etiqueta para identificação de ações ambientais.

**COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA – RESOLUÇÃO 350/2020-CNJ – DIRETRIZ
ESTRATÉGICA NÚMERO 17/2024 CORREGEDORIA NACIONAL**

5.21. Informar quantos termos de cooperação jurisdicionais/atos consertados foram firmados, indicando: a) os envolvidos, b) a matéria tratada e c) a comunicação à Corregedoria?

Anotação da Unidade: Nenhum.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Observação da Corregedoria: A Unidade não teve necessidade, ainda, de ato consertado.

6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. A Unidade observa o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (*Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJE COR n. 0002009-73.2.00.0814*)

Anotação da Unidade: Sim, observa.

6.2. A Unidade está realizando o devido cadastro dos bens apreendidos no SNGB – Sistema Nacional de Gestão de Bens – CNJ? Há bens apreendidos cadastrados no antigo SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos) que porventura já foram destinados e ainda se encontram com pendência do registro da destinação no SNBA? No caso de bens cadastrados no SNBA que de fato ainda não foram destinados, foi providenciada a migração dos dados para o Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (*Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências*)

Anotação da Unidade: Nenhum bem apreendido foi inserido no SNGB até o presente momento.

Observação da Corregedoria: Em consulta ao SNBA, verificou-se a inexistência de bens apreendidos cadastrados. Deve ser providenciado o cadastramento dos bens no SNGB, com urgência.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

A captura de tela mostra a interface do sistema de Bens Apreendidos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No topo, há o logo do CNJ e o título "Bens Apreendidos". O usuário logado é TATYANE CRISTINA GARCIA DA SILVA. O menu de navegação inclui: Principal, Cadastrar, Pesquisar, Vincular, Relatórios, Contato, Manual, Voltar e Sair. A seção "Pesquisar Bens" contém campos para: Tribunal de Justiça Estadual (Tribunal de Justiça do Estado do Pará), Grau (1º GRAU - TJPA), Comarca (MÃE DO RIO), Varas e Juizados Estaduais (TODOS(AS)), Bem Apreendido (Todos) e Destinação do Bem (A Definir). Há também um campo para "Descrição Complementar do Bem" e botões para "Pesquisar", "Imprimir" e "Imprimir Detalhado". Abaixo, uma tabela com o seguinte cabeçalho: Bem Apreendido, Tipo, Quantidade, Valor(R\$), Núm. Processo. O conteúdo da tabela é "Nenhum Bem encontrado.". Na base da tela, há o rodapé: "Sistema Nacional de Bens Apreendidos - Conselho Nacional de Justiça".

6.3. É realizado o saneamento de classe e assunto das demandas em trâmite da unidade de modo que a classe esteja sempre no último nível e o assunto esteja, pelo menos, no terceiro nível? Apontar o número de processos pendentes de saneamento desta natureza constante da lista disponibilizada no Painel de Gestão Judiciária (SAN DATAJUD)

Anotação da Unidade: Sim. Estamos tendo dificuldades apenas em sanear polo ativo/passivo, em partes sem o CPF.

Observação da Corregedoria: Há 12 (doze) processos com pendência no SAN DATAJUD, todos relacionados aos CPFs. O Diretor de Secretaria informou que já está trabalhando na listagem.



6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e



outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados e de quaisquer documentos que tenham natureza de comunicação?

Anotação da Unidade: Sempre que a secretaria atua em um processo, a atualização desses dados é verificada.

6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

Anotação da Unidade: 1541, 22/09/2021

Observação da Corregedoria: Na data da Inspeção a Unidade possuía os seguintes agrupadores, com 1.137 petições avulsas não lidas.

A imagem mostra a interface de pesquisa do sistema PJE. No topo, há uma barra azul com o logo 'PJE'. Abaixo, há campos de busca para 'Processo', 'Classe judicial', 'Assunto', 'Orgão julgador', 'Nome da parte', 'CPF/CNPJ' e 'Processo com parte sem CPF/CNPJ'. Há também um campo para 'DAB (000000 A UF)' e um botão 'Pesquisar' e 'Limpar'. Abaixo dos campos de busca, há uma lista de resultados com o seguinte conteúdo:

Petições avulsas não lidas - (1137)
Processos com habilitações nos autos não lidas - (84)
Documentos não lidos - (2071)
Mandados devolvidos pelo oficial de Justiça - (897)
Processos com pedido de assistência judiciária gratuita não apreciado - (830)
Processos sob análise de prevenção - (366)

6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?

Anotação da Unidade: Sim

Observação da Corregedoria: No período da Inspeção não havia nenhum preso civil.

6.7. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Anotação da Unidade: 0

Observação da Corregedoria: Havia 05 (cinco) processos na tarefa “migração do sistema Libra” que devem ser impulsionados.

Tarefas	4568
Filtros: GAB, SEAJP, SEINP, SEPOD, SESUD	
Cadastrar execução penal	4
Comunicação por correios frustrada	1
Comunicação realizada pelos correios	1
Enviar a uma central de mandados	2
Migração do sistema LIBRA	5
Minutar análise de desarquivamento	3
Minutar apreciação de justiça gratuita	41
Minutar ato de análise de liminar e tutela	11
Minutar ato de decisão	323
Minutar ato de despacho	839
Minutar ato de homologação	7

6.8. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

Anotação da Unidade: Sim, a secretaria atua diariamente nesses processos

Observação da Corregedoria: No dia 09/05/2024 havia 14 processos paralisados em Secretaria envolvendo prioridades legais, que devem ser verificados e impulsionados.



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

MÃE DO RIO
VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO

1

PP+100 - Processos Paralisados há mais de 100 dias

8,95%

Paralisados +100 dias

14

Acervo Paralisado

275

Acervo Ativo

Lista de processos paralisados há mais de 100 dias

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	TEMPO DE PARALISAÇÃO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE	
00033664320168140027	2016	119	JULGADO	PIE1G	283	Ação Penal -
00079944120178140027	2017	119	JULGADO	PIE1G	283	Ação Penal -
08000077120248140027	2024	105	EM ANDAMENTO	PIE1G	1268	Medidas Prot
08000103120218140027	2021	891	EM ANDAMENTO	PIE1G	283	Ação Penal -
08000389620218140027	2021	944	EM ANDAMENTO	PIE1G	283	Ação Penal -
08000573420238140027	2023	103	JULGADO	PIE1G	283	Ação Penal -
08001693720228140027	2022	274	JULGADO	PIE1G	120	MANDADO C
08001997220228140027	2022	591	EM ANDAMENTO	PIE1G	283	Ação Penal -
08002810620228140027	2022	351	JULGADO	PIE1G	436	Procediment
08003637120218140027	2021	349	JULGADO	PIE1G	7	Procediment
08003648520238140027	2023	103	EM ANDAMENTO	PIE1G	1268	Medidas Prot
08004765420238140027	2023	119	EM ANDAMENTO	PIE1G	309	Pedido de Bu
08007152920218140027	2021	646	JULGADO	PIE1G	283	Ação Penal -
08057394620228140401	2022	101	EM ANDAMENTO	PIE1G	1268	Medidas Prot

Em Gabinete (S: sim; N: não)

N

Gratuidade (S: sim; N: não)

Todos

Sigilo (S: sim; N: não)

Todos

Juízo 100% Digital (S: sim; N: não)

Todos

Prioridade (S: sim; N: não)

S

Número do processo

Todos



7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)

Anotação da Unidade: Não

Observação da Corregedoria: A Unidade deve providenciar a padronização dos mandados expedidos.

7.2. Há mandados pendentes de cumprimento/devolução por oficial de justiça, com prazo extrapolado? Quantos? Identifique-os.

Anotação da Unidade: Não

Observação da Corregedoria: Na verificação realizada no sistema PJE constatou-se que há mandados tramitados para a Central de Mandados, o mais antigo datado de 17/08/2020. Deve ser realizada a depuração dos mandados pendentes de devolução e formalizadas providências para sua devolução.

7.3. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

Anotação da Unidade: 30 dias, geralmente

7.4. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria? (identifique os processos)

Anotação da Unidade: Sim 1. Não foi comunicado à corregedoria. Completou 3 meses recentemente: 08000519020248140027

Observação da Corregedoria: No sistema PJE foram localizadas etiquetas para controle de cartas precatórias expedidas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Encontrados 22 processos:

- RSRRC 0800990-07.202: Retificação de Nome / Vara Única de Mãe do Rio / MARINALDO RAMOS DE OLIVEIR
ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO: EX [F-S] PRECATÓRIA EXPEDIDA
- RSRRC 0800530-20.202: Registro Civil de Nascim / Vara Única de Mãe do Rio / LUCILENE NORONHA DE LIMA XI
ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO: EX [F-S] PRECATÓRIA EXPEDIDA
- RSRRC 0800510-29.202: Registro Civil de Nascim / Vara Única de Mãe do Rio / ANTONIO ARAÚJO CAVALCANTE
ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO: EX [F-S] PRECATÓRIA EXPEDIDA

PrApAtInfr 0800081-62.20

7.5. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade (identifique os processos).

Anotação da Unidade: Sim 1: 00082371420198140027, fiscalização de PSC.

Observação da Corregedoria: No acervo ativo da Unidade constam **59** cartas precatórias cíveis e **48** cartas precatórias criminais em andamento. Os servidores da Secretaria devem estabelecer um plano de trabalho para verificação do acervo de cartas precatórias, para análise de eventuais cartas precatórias cumpridas pendentes de devolução.

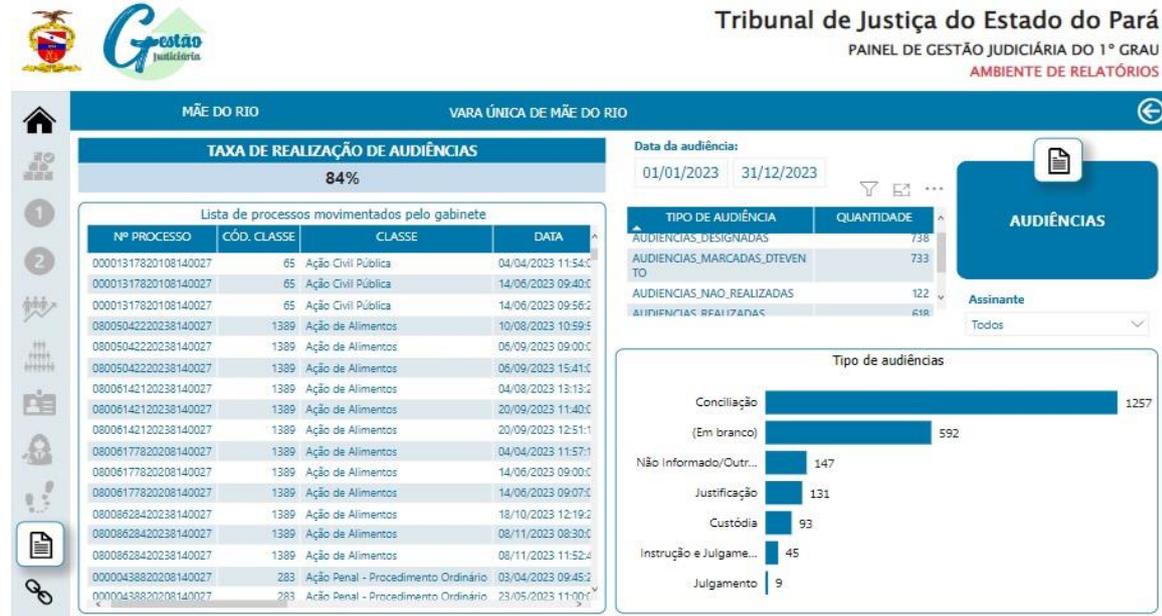
8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

DADOS DE AUDIÊNCIAS – PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA

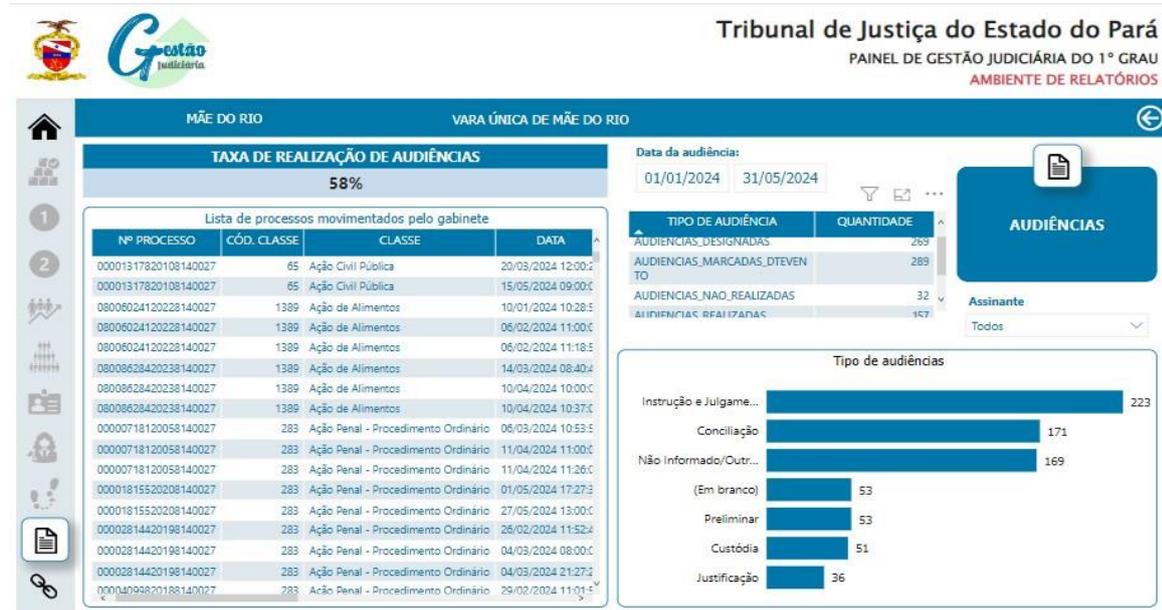


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

ANO 2023 – TAXA DE REALIZAÇÃO 84%



ANO 2024 – TAXA DE REALIZAÇÃO 58%



8.1. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?

Anotação da Unidade: 30

Observação da Corregedoria: A informação do número de audiências fornecido pela Unidade foi extraída de controle existentes no sistema teams. A Unidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

encaminhou a pauta de audiência do ano corrente para ser anexada ao relatório. Recomendou-se ao magistrado que busque incrementar a pauta de audiências, tendo sido informado que deixa um dia na semana para designar as audiências (encaixe) de processos de réus presos e depoimento especial.

8.2. As audiências estão sendo cadastradas no PJE pelo gabinete no momento da designação? Quais os tipos de audiências realizados pela unidade, conforme nomenclatura do PJE?

Anotação da Unidade: Não. As audiências são cadastradas no PJE pela Secretaria Criminal.

Audiências de Conciliação

Audiências de Instrução e Julgamento

Audiência Preliminar

Audiência de Custódia

8.3. Para qual data está pautada a audiência mais distante?

Anotação da Unidade: 04/04/2024

Observação da Corregedoria: No momento da inspeção foi informado que a data mais distante de audiência é o dia 04/07/2024 (Processo n.º 0008812-56.2018.814.0027). O controle de audiências é feito pelo teams. Na análise do sistema PJE identificou-se **32 (trinta e duas) audiências** designadas para data anterior a 31/01/2024, nas quais não foi finalizado seu *status* se realizada ou não, o que deve ser providenciado, uma vez que o não acompanhamento da audiência gera prejuízo à taxa de realização de audiências da Unidade e à produtividade do magistrado que a realizou.



8.4. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

Anotação da Unidade: Sim, 56 processos

Observação da Corregedoria: Durante a inspeção, verificou-se que há **54** processos paralisados em Gabinete há mais de 100 dias e que envolvem prioridades. Foi recomendado ao magistrado que dê o devido impulso processual.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

MÃE DO RIO VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO

ACERVO	ACERVO ATIVO	PARALISADOS+100	CONCLUSOS	CONCLUSOS+100
	331	54	331	54

Detalhamento Detalhamento

Acervo ativo por classe e situação processual

CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total
Cumprimento de sentença	63	1	64
Ação Penal - Procedimento Ordinário	35	6	41
Procedimento Comum	31	3	34
Guarda	29		29
Interdição	21	1	22
Procedimento do Juizado Especial Cível	17	5	22
Total	307	24	331

Lista de processos no acervo ativo da unidade

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE
08007829120218140027	2021	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
08004898720228140027	2022	JULGADO	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
08003861220248140027	2024	EM ANDAMENTO	PJE1G	7	Procedimento Comum
08003376820248140027	2024	EM ANDAMENTO	PJE1G	69	Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
08009450320238140027	2023	EM ANDAMENTO	PJE1G	1440	Cautelar Inominada
08005371220238140027	2023	EM ANDAMENTO	PJE1G	156	Cumprimento de sentença

8.5. Qual o quantitativo de despachos, decisões e sentenças que foram estabelecidas para os 03 (três) meses seguintes a inspeção pela Corregedoria?

Anotação da Unidade: prejudicado

Observação da Corregedoria: Deve ser providenciado pelo magistrado o estabelecimento de plano de ação com quantitativo.

8.6. Quando identificada possibilidade de conciliação entra as partes é designada audiência de conciliação?

Anotação da Unidade: Sim



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Observação da Corregedoria: O magistrado informou que não há conciliador na Unidade e que realiza audiência de conciliação quando é solicitado nos termos do art. 334 do CPC. Quando o autor informa que não tem interesse em conciliar não designa audiência. Quando silencia, designa audiência e nos processos de Juizado designa audiência una e antes da instrução realiza a conciliação.

8.7. É solicitada designação de conciliador ou indicado CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?

Anotação da Unidade: Sim

Observação da Corregedoria: Durante a inspeção o magistrado informou que não solicita conciliador do CEJUSC.

8.8. Foram identificados despachos/decisões com a data de audiência em branco? (Análise de processos por amostragem).

Anotação da Unidade: Não

Observação da Corregedoria: O magistrado informou que a pauta de audiência é de controle do gabinete, que fornece o link da audiência e intimação.

8.9. Foram designadas audiências com período superior a seis meses entre a data do ato judicial de designação e a data marcada para realização? (Análise de processos por amostragem).

Anotação da Unidade: Não

Observação da Corregedoria: A data de audiência mais distante está para 04/07/2024.

8.10. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

Anotação da Unidade: 215

Observação da Corregedoria: De acordo com o Painel do PIB, a meta para o mês



de abril/2024 era de 82 processos e foram baixados 215.

8.11. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento? Há crianças acolhidas há mais de 18 meses?

Anotação da Unidade: 5, Não.

Observação da Corregedoria: Durante a inspeção verificou-se que há 06 crianças acolhidas e não havia pendências a serem regularizadas no SNA, recomendando-se que seja dada prioridade a regularização das pendências.

Criança	Nome Mãe	Gênero	Vara	Tempo Acolhida
[Redacted]	Não informado	Feminino	VARA UNICA DE MAE DO RIO	1 mês(es) 22 dia(s)
[Redacted]	Não informado	Feminino	VARA UNICA DE MAE DO RIO	20 dia(s)
[Redacted]	Pará	Feminino	VARA UNICA DE MAE DO RIO	6 mês(es) 22 dia(s)
[Redacted]	Não informado	Feminino	VARA UNICA DE MAE DO RIO	3 mês(es) 2 dia(s)
[Redacted]	Não informado	Feminino	VARA UNICA DE MAE DO RIO	1 mês(es) 22 dia(s)
[Redacted]	Não informado	Masculino	VARA UNICA DE MAE DO RIO	3 mês(es) 1 dia(s)

8.12. Constatam crianças/adolescentes com pendências para solução imediata no SNA (Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento)? Identifique os processos.

Anotação da Unidade: Não

Observação da Corregedoria: Durante a inspeção, verificou-se que não há pendências. Foi recomendado ao magistrado realize visita mensal na casa de acolhimento do Município. Informou que foi à casa de acolhimento uma vez desde que chegou na Unidade em janeiro de 2024.

8.13. Quantos processos de destituição do poder familiar tramitam na unidade há mais de 120 dias? Identifique os processos.

Anotação da Unidade: Nenhum



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Observação da Corregedoria: Durante a inspeção o magistrado informou que não há processos nesta situação.

8.14. Quantos processos de adoção tramitam na unidade há mais de 240 dias. Identifique- os.

Anotação da Unidade: 06 (00074719220188140027, 08006333220208140027, 08006220320208140027, 00007647420198140027, 00008438720188140027, 00077479420168140027)

Observação da Corregedoria: Deve o Juízo priorizar o impulso dos referidos feitos.

8.15. Qual a data da última comunicação expedida à CEJAI para colocar a criança à disposição de adoção internacional? Após o retorno da CEJAI com que frequência é realizada a Busca Ativa no SNA?

Anotação da Unidade: prejudicado

Observação da Corregedoria: O magistrado informou que não tem processo em andamento de adoção internacional.

8.16. Quantos adolescentes estão internados provisoriamente? Há algum com prazo superior a 45 dias? Como é feito o controle dos adolescentes que estão em cumprimento de internação provisória? Anexar listagem/planilha.

Anotação da Unidade: Nenhum

Observação da Corregedoria: O magistrado informou que não há internados provisoriamente na Unidade.

8.17. Como é feito o acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100 (cem) dias sem movimentação? É utilizada a listagem do PGJ (Painel de Gestão Judiciária)?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Anotação da Unidade: O gabinete atua diariamente na listagem do PGJ

Observação da Corregedoria: O magistrado informou que não possui esse efetivo controle. Durante o workshop com a colaboração do servidor Gleison Gomes, Coordenador da DPGE, demonstrou-se como realizar o efetivo controle pelo painel de gestão para que os processos não entrem nos processos paralisados há mais de cem dias.

8.18. Indicar as datas marcadas para projeto de conciliação da própria unidade judicial, independente das Semanas Estadual e Nacional de Conciliação.

Anotação da Unidade: Atualmente utilizamos apenas a semana estadual de conciliação

8.19. Informar critérios utilizados para a seleção de processos para conciliação e mediação.

Anotação da Unidade: Iniciais em que uma das partes requer a marcação de audiência.

Processos de família.

Processos de indenização por danos morais.

Processos que aplica-se o código do consumidor.

CRIMINAL:

9. ROTINA CRIMINAL

9.1. Sobre o fluxo processual assinala as etapas que são operacionalizadas:

a. (X) Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- b. () Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
- c. (X) Movimentação processual;
- d. ()Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
- e. () Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- f. (X) controle dos prazos e imediata certificação;
- h. (X) Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia
- i. (X) Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba “*Informações Criminais*”

9.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo? *(Diretriz Estratégica n. 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízos criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local)*

Anotação da Unidade: Não

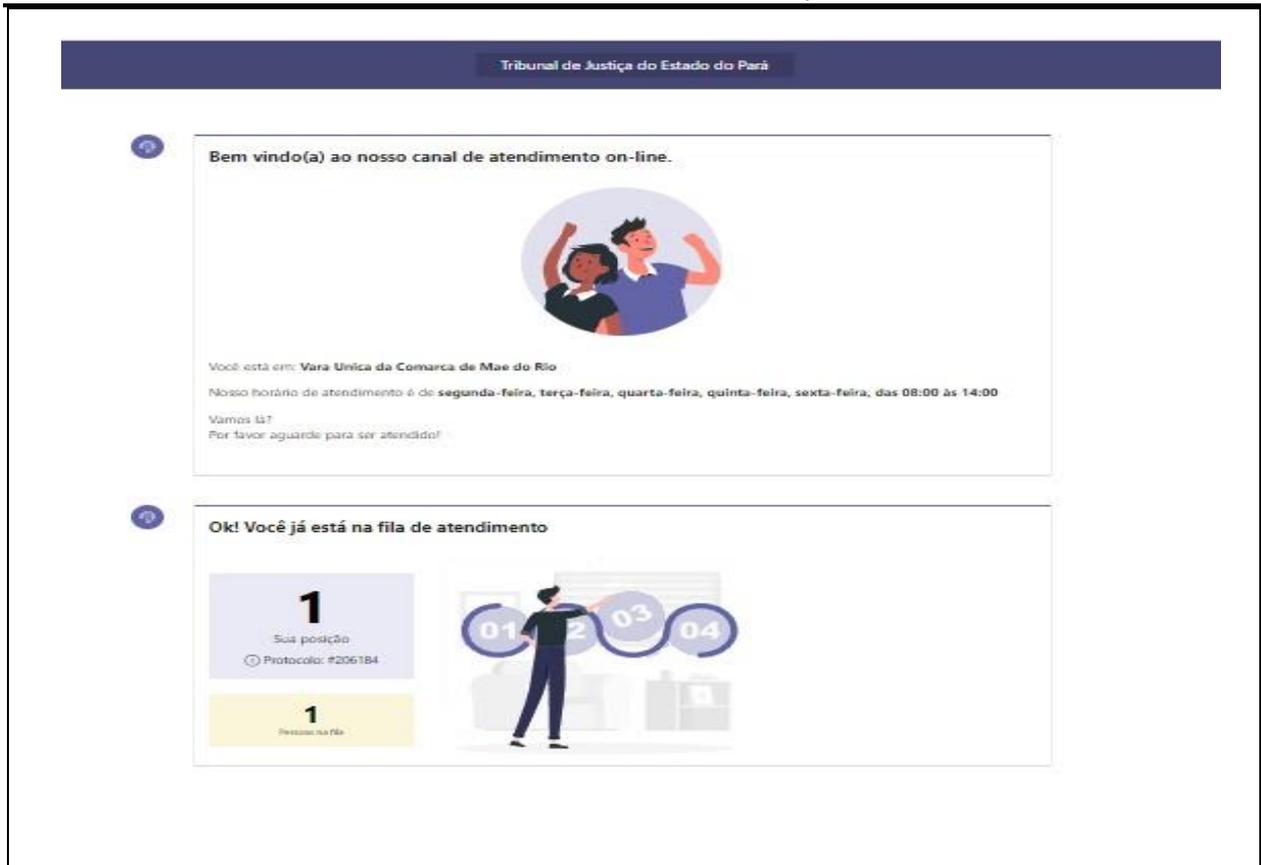
9.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”? *(Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)*

Anotação da Unidade: Pessoalmente no balcão de atendimentos, Balcão Virtual, Teams, Email e Celular da Comarca. Sim, utilizamos o balcão virtual

Observação da Corregedoria: Realizado contato pelo Balcão Virtual da Unidade, houve atendimento satisfatório. O Diretor de Secretaria informou que há escala de servidores para atendimento do Balcão Virtual (a escala foi apresentada à equipe de Inspeção).



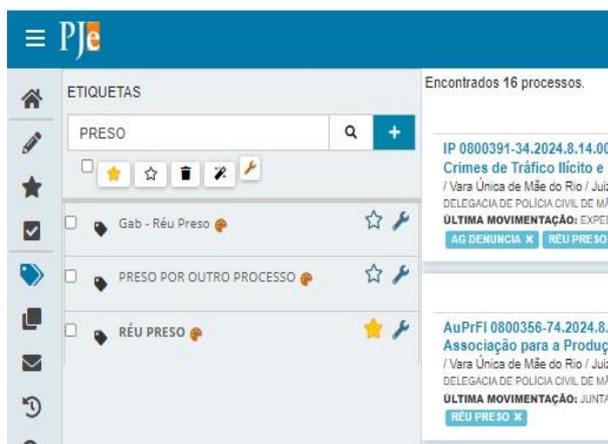
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



9.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)? *(Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação da data da prisão, número do processo e última movimentação)*

Anotação da Unidade: 15, utilizamos etiqueta RÉU PRESO.

Observação da Corregedoria: Na análise do sistema PJE foram identificadas etiquetas padronizadas para controle de réus presos. No período da Inspeção, a Unidade contava com 15 réus presos provisórios.





9.5. Há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias? *(Resolução n. 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias?* *(artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)*

Anotação da Unidade: Não. Sim.

Observação da Corregedoria: A Unidade apresentou a lista de processos envolvendo réus presos provisórios, bem como onde controlam eventuais presos civis, em prisão domiciliar e condenados. A listagem é bem organizada, registrando que a data de prisão de réu provisório mais antiga é do dia 15/01/2024.

9.6. Qual a média de tramitação dos processos envolvendo ré(u)s presa(o)s provisória(o)s entre a data da prisão e o julgamento? *(Diretriz Estratégica n. 13/2023 do Conselho Nacional de Justiça – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1º semestre de 2022, apontando o tempo médio entre a data da prisão e o julgamento)*

Anotação da Unidade: 6 meses

Observação da Corregedoria: Pela análise da lista de réus presos provisórios da Unidade, verifica-se que nos feitos envolvendo réus presos tem sido observado o princípio da razoável duração do processo.

9.7. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP? *(Anexar cópia do último relatório)*

Anotação da Unidade: Somente a Delegacia de Polícia Civil. O magistrado realiza inspeção anual.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Observação da Corregedoria: Em consulta ao CNIEP verificou-se que as inspeções realizadas no ano de 2023 foram cadastradas nos 12 meses e no ano corrente há inspeções cadastradas nos meses de janeiro e fevereiro.

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA **Inspeções Penais**

Principal Cadastrar Retificar Pesquisar Relatórios Contato Manual | Sair

LISTAGEM DE INSPEÇÃO

Esfera: Estadual
Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará
1º Grau - Justiça Estadual: 1º Grau - TJPA
Comarca: MAE DO RIO
Situação: ATIVO
Estabelecimento Penal: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE MAO DO RIO
Ano: 2023
Mês: TODOS(AS)
Condições Estab.: TODOS(AS)
Considerações:
Providências:

Pesquisar

Mês/Ano	Responsável	Orgão	Estabelecimento	Recibo
Dezembro/2023	USU570F87AE5B71D	MAE DO RIO	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE MAO DO RIO	Imprimir
Novembro/2023	USU8320CDABC9ED3	MAE DO RIO	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE MAO DO RIO	Imprimir
Outubro/2023	USU8320CDABC9ED3	MAE DO RIO	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE MAO DO RIO	Imprimir
Setembro/2023	USU8320CDABC9ED3	MAE DO RIO	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE MAO DO RIO	Imprimir
Agosto/2023	USU8320CDABC9ED3	MAE DO RIO	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE MAO DO RIO	Imprimir
Julho/2023	USU8320CDABC9ED3	MAE DO RIO	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE MAO DO RIO	Imprimir
Junho/2023	USU8320CDABC9ED3	MAE DO RIO	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE MAO DO RIO	Imprimir
Maior/2023	USU8320CDABC9ED3	MAE DO RIO	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE MAO DO RIO	Imprimir
Abril/2023	USU8320CDABC9ED3	MAE DO RIO	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE MAO DO RIO	Imprimir
Março/2023	USU8320CDABC9ED3	MAE DO RIO	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE MAO DO RIO	Imprimir

Número de registros: 12

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA **Inspeções Penais**

Principal Cadastrar Retificar Pesquisar Relatórios Contato Manual | Sair

LISTAGEM DE INSPEÇÃO

Esfera: Estadual
Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará
1º Grau - Justiça Estadual: 1º Grau - TJPA
Comarca: MAE DO RIO
Situação: ATIVO
Estabelecimento Penal: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE MAO DO RIO
Ano: 2024
Mês: TODOS(AS)
Condições Estab.: TODOS(AS)
Considerações:
Providências:

Pesquisar

Mês/Ano	Responsável	Orgão	Estabelecimento	Recibo
Fevereiro/2024	USU570F87AE5B71D	MAE DO RIO	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE MAO DO RIO	Imprimir
Janeiro/2024	USU8320CDABC9ED3	MAE DO RIO	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE MAO DO RIO	Imprimir

Número de registros: 2

Página 1 de 1

10. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIIS E PRISÕES – BNMP:

10.1. De que forma Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? – (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).

Anotação da Unidade: Todos os mandados de prisão, alvarás de soltura, guias de execução são regularmente cadastradas no BNMP e o diretor faz verificação regular no sistema.

Observação da Corregedoria: Apenas o Diretor de Secretaria controla e alimenta os dados do BNMP e nas suas ausências/afastamentos, o servidor que o substitui realiza o controle.

Organização: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Órgão Logado: Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Tela: Dados Gerais - Pessoa por Status

Filtros aplicados: Orgão: VARA UNICA DE MAE DO RIO, Status: (selecione).

1 Internados	86 Presos	Outros Status:
0 Internado Provisório	8 Preso Provisório	84 Procurado
1 Internado Execução Provisória	0 Preso Civil	0 Foragido
0 Internado Execução Definitiva	25 Preso Condenado em Execução Provisória	0 Morto
	53 Preso Condenado em Execução Definitiva	356 Em liberdade

Resultado da pesquisa

10.2. Considerando a Resolução n. 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos em que proferida sentença condenatória? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)

Anotação da Unidade: Sim

10.3. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução n. 417/2021-CNJ?

Anotação da Unidade: Sim



10.4. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?

Anotação da Unidade: Essa verificação não é feita.

Observação da Corregedoria: Recomenda-se a Unidade que realize o procedimento.

10.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(íza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

Anotação da Unidade: Nunca ocorreu essa falha

11. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:

11.1. Qual a data da última verificação do prazo prescricional dos processos em tramitação na Unidade de forma a observar a Resolução n. 112/2010-CNJ? (Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)

Anotação da Unidade: A verificação do prazo prescricional é feita tanto pela secretaria quanto pelo gabinete no momento de atuação nos processos.

11.2. Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB? (Provimento n. 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Anotação da Unidade: A Unidade nunca fez a verificação.

Observação da Corregedoria: No período da Inspeção, a Unidade contava com **162** processos suspensos. Foi verificado por amostragem **o processo suspenso com autuação mais antiga, de n. 0000177-58.1996.814.0027**. Trata-se de ação penal (crime de homicídio) em que o acusado, citado por edital, não compareceu e nem constituiu advogado, tendo sido proferida decisão em 13/08/2009 suspendendo o processo e o curso do prazo prescricional. No dia 15/02/2024 foi proferida decisão realizando o movimento processual correto para registro da suspensão do feito conforme a TPU, contudo, na análise dos autos constatou-se que, de fato, nunca foram adotadas as providências determinadas pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB.

12. EXECUÇÃO PENAL:

(O questionário do item execução penal deve ser preenchido quando se tratar de Unidade judicial com competência para execução em quaisquer dos regimes de cumprimento)

12.1. Dados estatísticos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado- SEEU:

Data do preenchimento dos dados: 02/05/2024

PERFIL NO SEEU	Regime aberto e Medidas Alternativas
Total de Execuções Ativas:	122
Intimações pendentes na Secretaria – COM URGÊNCIA	0
Análise de juntadas - Juntadas para realizar com URGÊNCIA	1
Análise de juntadas – Retorno de conclusão com URGÊNCIA	0
Análise de juntada – processos aguardando recebimento no Distribuidor	0



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Processos com pendência de implantação	02
Total de processos conclusos	57
Total de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.	0

12.2 Quantos são os(as) apenados(as) em regime fechado, semiaberto e aberto sob jurisdição da Vara?

Anotação da Unidade: 122

SISTEMA SEEU – REGISTROS:

The screenshot shows the SEEU system interface for the Vara Única da Comarca de Mãe do Rio - Execuções Penais em Meio Aberto. The dashboard displays the following data:

- Dados do Juízo:** Nome: Vara Única da Comarca de Mãe do Rio - Execuções Penais em Meio Aberto
- Execuções Ativas:** Total de Processos: 122
- PROCESSOS PARALISADOS (+30 DIAS):** Secretaria: 0, Incidente pendente de julgamento: 1, Incidente vencido: 22, Cumprimento de pena interrompido: 20, Processos extintos aguardando arquivamento: 0
- PROCESSOS AGUARDANDO:** Cumprimento de pena privativa de liberdade: 31, Cumprimento de pena alternativa: 0
- PROCESSOS EM REMESSA:** Em Remessa: 35, Em Remessa (exceto processos conclusos): 0

The screenshot shows a list of 57 process records found in the system. The table displays the following columns: Analisar, Dt. Remessa, Processo, Classe, Seq., Tipo de conclusão, Privativa, Responsável, Pré-análise, and Agrupador. The records are filtered by 'Dt. Remessa' and show various process statuses and dates.

Analisar	Dt. Remessa	Processo	Classe	Seq.	Tipo de conclusão	Privativa	Responsável	Pré-análise	Agrupador
Analisar	02/04/2024 12:09	0004503-82.2020.8.14.0039	ExPe	89	DESPACHO	Sim	DIOGO BONFIM FERNANDEZ		
Analisar	02/04/2024 13:24	0010826-66.1994.4.05.8101	ExPe	65	ARQUIVAMENTO	Sim	DIOGO BONFIM FERNANDEZ		
Analisar	02/04/2024 13:55	0008224-15.2019.8.14.0027	ExPe	104	DECISÃO	Sim	DIOGO BONFIM FERNANDEZ		
Analisar	02/04/2024 14:19	2000705-55.2023.8.14.0401	ExPe	122	DECISÃO	Sim	DIOGO BONFIM FERNANDEZ		
Analisar	02/04/2024 14:58	0001846-77.2018.8.14.0027	ExPe	17	DECISÃO	Sim	DIOGO BONFIM FERNANDEZ		
Analisar	02/04/2024 16:07	0010053-65.2018.8.14.0027	ExPe	58	DESPACHO	Sim	DIOGO BONFIM FERNANDEZ		
Analisar	03/04/2024 09:58	0000827-36.2018.8.14.0027	ExPe	35	DECISÃO	Sim	DIOGO BONFIM FERNANDEZ		
Analisar	03/04/2024 10:54	0079440-75.2015.8.14.0027	ExPe	41	DECISÃO	Sim	DIOGO BONFIM FERNANDEZ		
Analisar	03/04/2024 14:14	0006847-14.2016.8.14.0027	ExPe	56	ARQUIVAMENTO	Sim	DIOGO BONFIM FERNANDEZ		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Vencidos

Progressão para Semiaberto: 0
Progressão para Aberto: 0
Livramento Condicional: 0
 Indulto: 0
 Comutação: 0
Prescrição Executória: 17
 Término de Pena: 23
Medida de Segurança: 0
Liberação Condicional: 0
Transferência entre Estabelecimentos Prisionais: 0

seeu CNI
Vara Única da Comarca de Mãe do Rio - Execuções Penais em...

Início Processos Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estatísticas Cadastro Outros

Mesa do(a) Analista Judiciário

Início Pendências de Incidentes **Cumprimentos de Medidas** Estatísticas Intimações Análise de Juntadas Outros Cumprimentos Lembretes Sessões de Julgamento

Atrasados	A Cumprir
Cumprimentos em Atraso: 503	Cumprimentos a Vencer: 339
Sem Cumprimentos	
Medidas sem Cumprimentos Gerados: 9	

seeu CNI
Vara Única da Comarca de Mãe do Rio - Execuções Penais em...

Início Processos Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estatísticas Cadastro Outros

Mesa do(a) Analista Judiciário

Início Pendências de Incidentes Cumprimentos de Medidas Estatísticas Intimações **Análise de Juntadas** Outros Cumprimentos Lembretes Sessões de Julgamento

Com Urgência	Para Realizar
Juntadas: 1	Juntadas: 49
Retorno de Conclusão: 0	Retorno de Conclusão: 29
	Mandados aguardando análise de retorno: 0
	Cartas Precatórias Eletrônicas aguardando análise de retorno: 0
	Comunicações aguardando retorno: 0
	Recurso de Agravo aguardando envio à 2ª Instância: 0
	Mandados aguardando publicação: 0
	Mandados de Prisão cumpridos e aguardando análise de Juntada: 0
	Mandados a prescrever em até 15 dias: 0
	Prestações Pecuniárias(Guia de Recolhimento de Custas) em atraso: 0
	Prestações Pecuniárias(Guia de Recolhimento de Custas) em análise: 0
	Processos Aguardando Recebimento no Distribuidor: 1
	Movimentação de Audiências Pendentes: 0



Observação da Corregedoria: No que se refere aos processos em tramitação no Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU há pendências a serem saneadas, além de 02 feitos com pendências de implantação, cujos números constarão dos anexos do relatório.

13. DAS AUDIÊNCIAS CRIMINAIS:

13.1. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução n. 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB? (Resolução n. 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB – regulamenta a audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)

Anotação da Unidade: Sim

Observação da Corregedoria: O magistrado informou que realiza as audiências de custódia de forma presencial. Relatou apenas uma situação em que necessitou realizar de forma online, pois houve necessidade de transferência do réu para a Casa Penal.

13.2. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?

Anotação da Unidade: 06/05/2024

13.3. Perfil da pauta:

a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?

Anotação da Unidade: 32

Observação da Corregedoria: O magistrado informou que as audiências são designadas as terças, quartas e quintas, e as sextas são as audiências de depoimento especial e réus presos. Foi orientado a incrementar a pauta de audiência de segundas às sextas. O acervo da Unidade é maior em feitos criminais. A partir de 17/06/2024 as audiências criminais foram designadas de segunda à quinta. E às sextas sem



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

audiência. O magistrado deixa as audiências que precisam de redesignação. As audiências cíveis são designadas às quartas-feiras (exemplo pauta de 03/07/2024, na semana da conciliação). Na semana de conciliação há três pautas (O magistrado irá realizar instruções. E a assessora e o analista em teletrabalho irão realizar as conciliações criminais e cíveis)

b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?

Anotação da Unidade: 30/04/2024 (atualmente, dos 10 presos, nenhum está em fase de audiência)

Observação da Corregedoria: Processo n.º 0000495-2008.814.0027 (audiência redesignada para 27/06/2024)

14. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI:

14.1. Quantas sessões do Tribunal do Júri foram designadas nos últimos 03 (três) meses?

Anotação da Unidade: 0

Observação da Corregedoria: Há um processo pautado para 21/06/2024 – Processo 00008363-66.2005.814.0027.

14.2. Quantas sessões foram realizadas e quantas foram redesignadas?

Anotação da Unidade: em 2024 nenhuma sessão ocorreu ainda.

14.3. Quantos processos aguardam designação de Tribunal do Júri? Listar processos nesta situação.

Anotação da Unidade: 03 (00004536920088140027, 00003985020108140027 e 00094708020188140027).



15. CORREIÇÃO ANUAL:

15.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial, com a respectiva numeração no sistema PjeCor.

Anotação da Unidade: 29/01 à 02/02/2024

Observação da Corregedoria: No sistema PJECOR, a última autocorreição encaminhada pela Unidade encontra-se registrada nos autos n. 0003251-33.2023.2.00.0814 e foi realizada pelo magistrado Rodrigo Almeida Tavares, no período de 22 a 24 de agosto de 2023. Não foi localizada no sistema PJECOR encaminhamento de relatório de autocorreição no ano corrente. A última correição na Comarca foi realizada pela então Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, nos dias 22 e 23/06/2025, registrado nos autos n. 2015.7.002194-4 (SAPCOR).

15.2. Existem registros de recomendações/determinações da Corregedoria-Geral de Justiça na correição ordinária anterior? Quais ainda não foram atendidas?

Anotação da Unidade: Sim. Todas estão sendo cumpridas.

Observação da Corregedoria: Nos autos da última correição realizada pela então Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior no ano de **2015**, verificou-se o registro das determinações abaixo relacionadas. Embora decorridos 09 anos da última correição, **verifica-se que algumas situações identificadas foram solucionadas e outras ainda persistem**, como o quantitativo de servidores cedidos da Prefeitura que trabalham no Fórum, o quantitativo de Oficiais de Justiça (02) que, naquela época, já havia sido considerado insuficiente para o acervo, havendo hoje o mesmo quantitativo embora tenha havido aumento do acervo da Comarca, a qualidade da internet, a necessidade de realização de treinamento por parte de todos os servidores e efetivo controle dos bens apreendidos com registro destes nos sistemas de informação (atualmente SNGB).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

CONSIDERAÇÕES/RECOMENDAÇÕES CORREGEDORIA

A comarca de Mãe do Rio faz parte do 6º Polo judiciário do Estado do Pará, cuja sede fica na comarca de Paragominas, com um acervo de 3748 processos segundo informações do Sistema Libra, sendo considerada, portanto, comarca de médio porte. O Fórum da Comarca se encontra em bom estado e,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE MÃE DO RIO

durante os trabalhos de correição, verificou-se que ainda estava passando por reforma na sua estrutura física. São necessárias as seguintes considerações por parte desta Corregedoria.

1. O Fórum não dispõe de sala para assistência social. A Assistente Social está utilizando, atualmente, segundo relatou à equipe de correição, a sala destinada a OAB. Do mesmo modo, não existe, no fórum local adequado para armazenamento de bens apreendidos, que vêm sendo guardados no arquivo do fórum e na casa do magistrado que se encontra desocupada.
Providência: Considerando a especificidade do trabalho realizado pela assistente social, oficie-se a Presidência, a Secretaria de Administração e ao Departamento de Engenharia, para que seja verificada a possibilidade de destacamento de um local físico para funcionamento do referido setor, bem como para depósito de bens apreendidos.
2. A Diretora de Secretaria relatou que o acesso à internet é ruim, pois a conexão muito lenta e há constantes quedas de conexão. Advogados ouvidos durante a correição também relataram que são prejudicados com a falta da qualidade do acesso à rede mundial de computadores.
Providência: Oficiar à Secretaria de Informática a fim de que verifique a possibilidade de solucionar a problemática relatada;
3. A Juíza e a Diretora de Secretaria relataram a necessidade de lotação na Comarca de mais um analista e um auxiliar judiciários, o primeiro para auxiliar na secretaria, que só conta com um analista, e o segundo para exercer a função organização dos serviços administrativos, junto à direção do fórum. A comarca conta com grande número de servidores, entretanto, a maioria é de funcionários cedidos da Prefeitura que carecem de qualificação técnica, e a Diretora de Secretaria encontra-se sobrecarregada, especialmente em razão do número de processos em trâmite na comarca.
Providência: Oficiar à Presidência e a Secretaria de Gestão de Pessoas para que seja analisada a possibilidade de nomeação de novos servidores para a Comarca de Mãe do Rio;
4. Do mesmo modo, verificou-se que a comarca conta com apenas dois Oficiais de Justiça, número insuficiente para o número de processos em curso e para as dimensões geográficas da comarca.
Providência: Oficiar à Presidência e à Secretaria de Gestão de Pessoas para analisar a possibilidade de nomeação de novos Oficiais de Justiça para a Comarca de Mãe do Rio.
5. Identificou-se a necessidade de realização de cursos de capacitação e treinamentos para servidores efetivos e cedidos, especialmente dos Sistemas LIBRA, SIGADOC, Malote Digital, Manual de Rotinas Cíveis e Criminais, Atualização do CPC e informática básica, o que poderá ser ofertado através da plataforma online.
Providência: Oficiar à Escola Superior de Magistratura para verificar a viabilidade de ofertar cursos não presenciais às comarcas do interior, sobre as matérias mencionadas.
6. Acerca das rotinas de secretaria, verificou-se que:
 - 6.1. A conferência da resenha não é feita com regularidade, tendo sido encontrados muitos processos sem a certidão que indicava a data de publicação.
Providência: Recomendar que a Diretora de Secretaria promova o acompanhamento diário da resenha e que lance nos respectivos autos processuais certidão acerca da publicação do ato judicial.



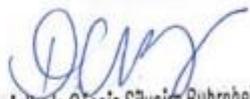
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

6.2. Não há registro no sistema dos bens apreendidos, de modo que a Diretora de Secretaria não tem controle efetivo sobre os mesmos.

Providência: Determinar que a Diretora de Secretaria promova o cadastro de todos os bens apreendidos, tanto no sistema Libra quanto nos sistemas do CNJ, ficando assinado o prazo de 90 (noventa) dias para que seja promovido o cadastro de todos os bens que se encontram na unidade judicial na condição de "apreendidos".

6.2. A Secretaria não vem adotando um controle efetivo dos processos com carga para MP, Defensoria Pública e advogados.

Providência: Determinar que a Secretaria promova dos processos com carga (MP, DP e Advogados) que se encontram com prazo extrapolado, devendo, ainda, adotar regular metodologia de controle de prazo e de cobrança dos mandados/processos. Nesse sentido, recomenda-se a utilização de ferramenta disponível no sistema LIBRA para controle/alerta de


Danielle de Cássia Silveira Bührnheim
Juíza Auxiliar da Corregedoria da
Justiça das Comarcas do Interior

15



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE MÃE DO RIO

prazos, o que facilita a cobrança periódica dos processos que se encontram com "carga em aberto".

6.3. Foram localizados alguns processos que, embora já sentenciados, continuam com status "em andamento" no sistema LIBRA, como por exemplo os autos 0000722-14.2010.814.0027, 0000630-57.2013.814.0027, 0000647-56.2008.815.0027, 0000184-09.2011.814.0027, 0000400-93.2011.814.0027.

Providência: Determinar que a Secretaria promova a identificação e a devida atualização de todos os processos que se encontram nessa situação, ficando assinado o prazo de 90 (noventa) dias para tal providência. A atualização do status do processo influencia diretamente do acervo das metas e na produtividade da vara.

6.4. Todos os processos que retornam do Gabinete do Magistrado são guardados no mesmo local interno para cumprimento das diligências, por ordem cronológica, sem distinção dos que necessitam de cumprimento de medidas urgentes ou daqueles em que foram designadas audiências que, muitas vezes, são remarcadas ante a falta de cumprimento dos atos necessários pela secretaria.

Providência: A atual sistemática da Secretaria não permite identificar os processos em que há prioridade para o cumprimento de diligência. Recomenda-se que, tão logo o processo retorne do gabinete do Magistrado, que seja feita uma avaliação para identificação das urgências e prioridades.

6.5. Constatou-se, ainda, em secretaria, processos com longos períodos de paralisação pendentes de cumprimento de despachos/decisões/sentenças.

Providência: Determinar que Secretaria envie os esforços necessários a fim de que promova o cumprimento de todos os atos judiciais que se encontram pendentes, devendo informar a este Órgão Correicional, no prazo de 60 (sessenta) dias quais as providências adotadas para tal finalidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

6.5. Foram identificadas petições intermediárias pendentes de juntada, não remetidas à conclusão e não despachadas.

Providência: Determinar que a Secretaria promova a juntada e a conclusão de todas as petições intermediárias que se encontram pendentes de juntada e de conclusão, ficando assinado o prazo de 30 (trinta) dias para tal providência, devendo o Magistrado promover o despacho das 361 petições intermediárias que não se encontram despachadas.

7. O número de processos aferidos na contagem física é de 3040. Entretanto, existe uma discrepância com o sistema Libra que indica um total de 3748. É fundamental que o sistema processual represente com a maior precisão possível o quantitativo dos processos físicos. Isso significa segurança para as partes e usuários, além de facilitar as atividades rotineiras da Secretaria.

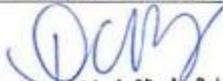
Providência: Determinar que a Secretaria proceda imediatamente a identificação dos processos que não se encontram cadastrados no sistema, verificando as eventuais inconsistências e efetuando as necessárias correções e que identifique e promova a respectiva baixa no sistema dos processos que já se encontram arquivados e que podem estar gerando a diferença no quantitativo de processos físicos e cadastrados no sistema, devendo informar a este Órgão Correicional, no prazo de 60 (sessenta) dias, quais as providências adotadas para sanar a irregularidade apontada.

8. Verifica-se que a vara não vem cumprindo as metas 1 (item 9.2) e que possui 885 processos inseridos na Meta 2/CNJ.

Providência: Verifica-se que a comarca está sem juiz titular desde 19/03/2015, o que dificulta o efetivo cumprimento das metas, visto que os juízes substitutos, em regra, respondem por várias unidades judiciárias. Entretanto, recomenda-se ao Magistrado que responda pela comarca que envide esforços visando alcançar o cumprimento das metas do CNJ.

9. Durante a correição foram identificados, em Gabinete, 522 processos conclusos há mais de cem dias.

Providência: Recomendar ao Magistrado que envide esforços no sentido de dar prioridade aos processos que se encontram conclusos em gabinete há mais de 100 (cem) dias.


Danielle de Cássia Silveira Buhrnheim
Juíza Auxiliar da Corregedoria da
Justiça das Comarcas do Interior

16



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE MÃE DO RIO

10. Identificou-se que a unidade judicial não alimenta os sistemas do Conselho Nacional de Justiça, conforme item 9.4.

Providência: Recomendar a Diretora de Secretaria e ao Magistrado que procedam mensalmente à alimentação dos sistemas do CNJ, vez que são ferramentas de controle e acompanhamento das atividades desenvolvidas pela unidade. Para eventuais dúvidas, entrar em contato com o servidor desta CJCI, Sr. Jacivaldo Amaral, pelo telefone (91) 3205-3523 e pelo e-mail jacivaldo.amaral@tjpa.jus.br.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE MÃE DO RIO

10. Identificou-se que a unidade judicial não alimenta os sistemas do Conselho Nacional de Justiça, conforme item 9.4.

Providência: Recomendar a Diretora de Secretaria e ao Magistrado que procedam mensalmente à alimentação dos sistemas do CNJ, vez que são ferramentas de controle e acompanhamento das atividades desenvolvidas pela unidade. Para eventuais dúvidas, entrar em contato com o servidor desta CJCI, Sr. Jacivaldo Amaral, pelo telefone (91) 3205-3523 e pelo e-mail jacivaldo.amaral@tjpa.jus.br.

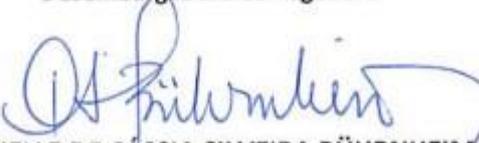
11. Não havia acompanhamento regular do cumprimento de pena restritiva de liberdade no regime aberto combinado com o benefício do regime domiciliar, mas que a secretaria já havia recebido orientação da Magistrada para realizar essa verificação nos 5 autos de execução de pena encontrados em Secretaria. Ainda sobre execução penal, nenhum processo em trâmite na unidade estava completo, pois todos careciam de algum documento, ora antecedentes criminais, ora certidão de trânsito em julgado e em todos não constava cópia da guia de recolhimento.

Providência: Oficiar a Diretora de Secretaria para que mantenha o acompanhamento da pena e que observe os requisitos legais para a formação dos autos de execução penal.

Anexo: Processos analisados por amostragem.

Mãe do Rio, 26/06/2015.

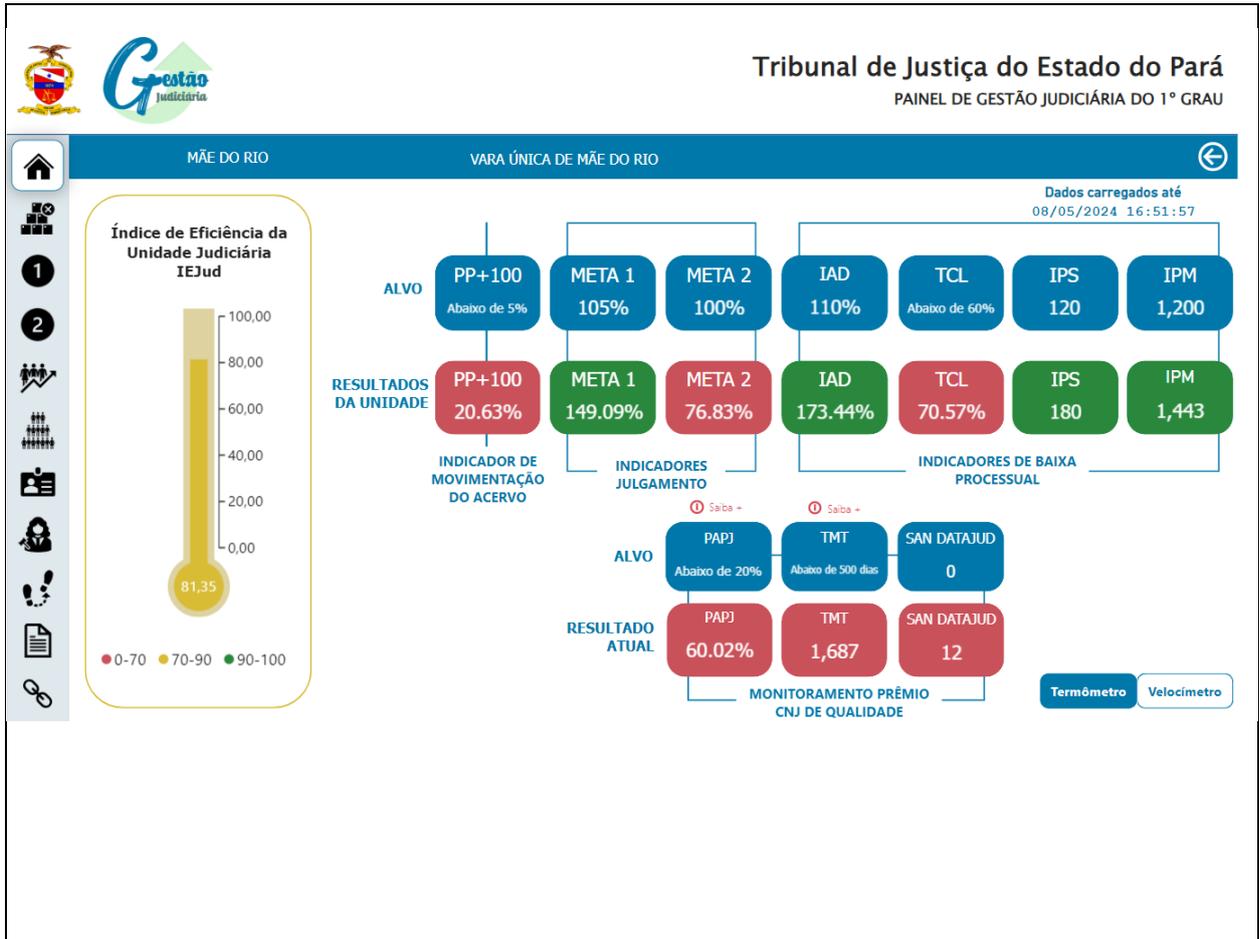

MARIA DO CÉU MACIEL COUTINHO
Desembargadora Corregedora


DANIELLE DE CÁSSIA SILVEIRA BÜHRNHEIM
Juíza-Auxiliar da Corregedoria



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

16. DADOS ESTATÍSTICOS:



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

MÃE DO RIO VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO

Lista de processos paralisados há mais de 100 dias

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	TEMPO DE PARALISAÇÃO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE	
00000020520128140027	2012	105	EM ANDAMENTO	PJE1G	7	Procedimen
00000042420028140027	2002	105	JULGADO	PJE1G	283	Ação Penal
00000133420128140027	2012	104	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
00000438820208140027	2020	121	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
00000584820068140027	2006	146	JULGADO	PJE1G	1420	Guarda
00000607620108140027	2010	226	EM ANDAMENTO	PJE1G	1116	EXECUÇÃO
00000616120108140027	2010	111	EM ANDAMENTO	PJE1G	1116	EXECUÇÃO
00000721220188140027	2018	148	EM ANDAMENTO	PJE1G	58	Interdição
00000814720138140027	2013	146	EM ANDAMENTO	PJE1G	1116	EXECUÇÃO
00000823220138140027	2013	108	EM ANDAMENTO	PJE1G	1116	EXECUÇÃO
00000835120128140027	2012	106	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
00000971620048140027	2004	146	EM ANDAMENTO	PJE1G	7	Procedimen
00001141320088140027	2008	106	EM ANDAMENTO	PJE1G	282	Ação Penal
00001164620098140027	2009	147	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
00001196920078140027	2007	174	EM ANDAMENTO	PJE1G	81	Busca e Apr
00001218220208140027	2020	103	EM ANDAMENTO	PJE1G	355	Carta Precat
00001232820158140027	2015	105	EM ANDAMENTO	PJE1G	39	INVENTÁRI
00001414920158140027	2015	122	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
00001446220198140027	2019	105	EM ANDAMENTO	PJE1G	241	Petição

Em Gabinete (S: sim; N: não)
Todos

Gratuidade (S: sim; N: não)
Todos

Sigilo (S: sim; N: não)
Todos

Juízo 100% Digital (S: sim; N: não)
Todos

Prioridade (S: sim; N: não)
Todos

Número do processo
Todos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

MÃE DO RIO
VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO
↶

PP+100 - Processos Paralisados há mais de 100 dias

8,95%

Paralisados +100 dias

14

Acervo Paralisado

275

Acervo Ativo

Lista de processos paralisados há mais de 100 dias

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	TEMPO DE PARALISAÇÃO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE	
00033664320168140027	2016	119	JULGADO	PJE1G	283	Ação Penal -
00079944120178140027	2017	119	JULGADO	PJE1G	283	Ação Penal -
08000077120248140027	2024	105	EM ANDAMENTO	PJE1G	1268	Medidas Prot
08000103120218140027	2021	891	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal -
08000389620218140027	2021	844	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal -
08000573420238140027	2023	103	JULGADO	PJE1G	283	Ação Penal -
08001693720228140027	2022	274	JULGADO	PJE1G	120	MANDADO C
08001997220228140027	2022	591	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal -
08002810620228140027	2022	351	JULGADO	PJE1G	436	Procediment
08003637120218140027	2021	349	JULGADO	PJE1G	7	Procediment
08003648520238140027	2023	103	EM ANDAMENTO	PJE1G	1268	Medidas Prot
08004765420238140027	2023	119	EM ANDAMENTO	PJE1G	309	Pedido de Bu
08007152920218140027	2021	646	JULGADO	PJE1G	283	Ação Penal -
08057394620228140401	2022	101	EM ANDAMENTO	PJE1G	1268	Medidas Prot

Em Gabinete (S: sim; N: não)

N

Gratuidade (S: sim; N: não)

Todos

Sigilo (S: sim; N: não)

Todos

Juízo 100% Digital (S: sim; N: não)

Todos

Prioridade (S: sim; N: não)

S

Número do processo

Todos



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

MÃE DO RIO
VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO
↶

ACERVO	ACERVO ATIVO	PARALISADOS + 100	CONCLUSOS	CONCLUSOS + 100
	4.135	853	2.499	710

Área

Todos

Em Gabinete (S: sim; N: não)

Todos

Gratuidade (S: sim; N: não)

Todos

Sigilo (S: sim; N: não)

Todos

Juízo 100% Digital (S: sim; N: não)

Todos

Prioridade (S: sim; N: não)

Todos

Liminar/Tutela (S: sim; N: não)

Todos

Número do processo

Todos

Acervo ativo por classe e situação processual

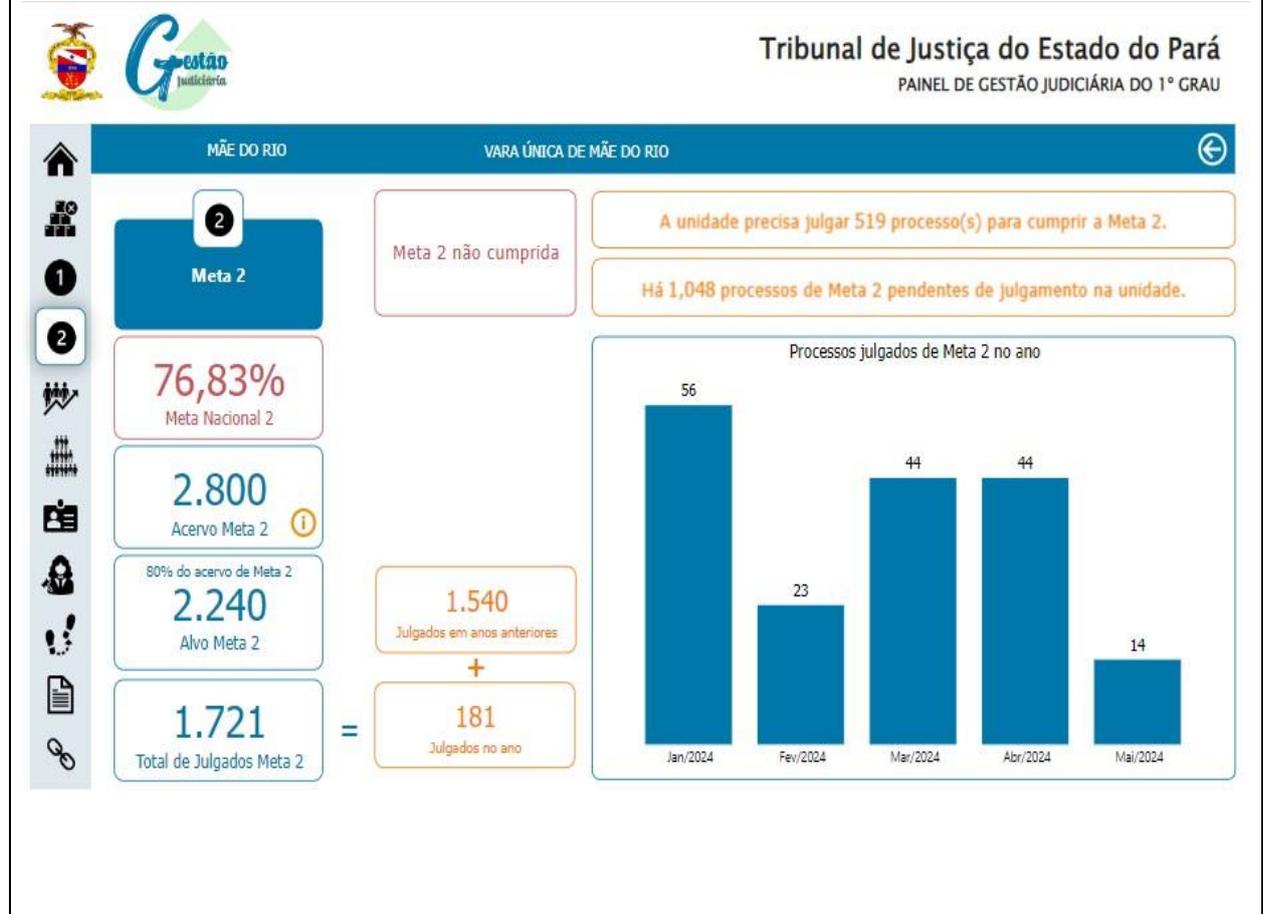
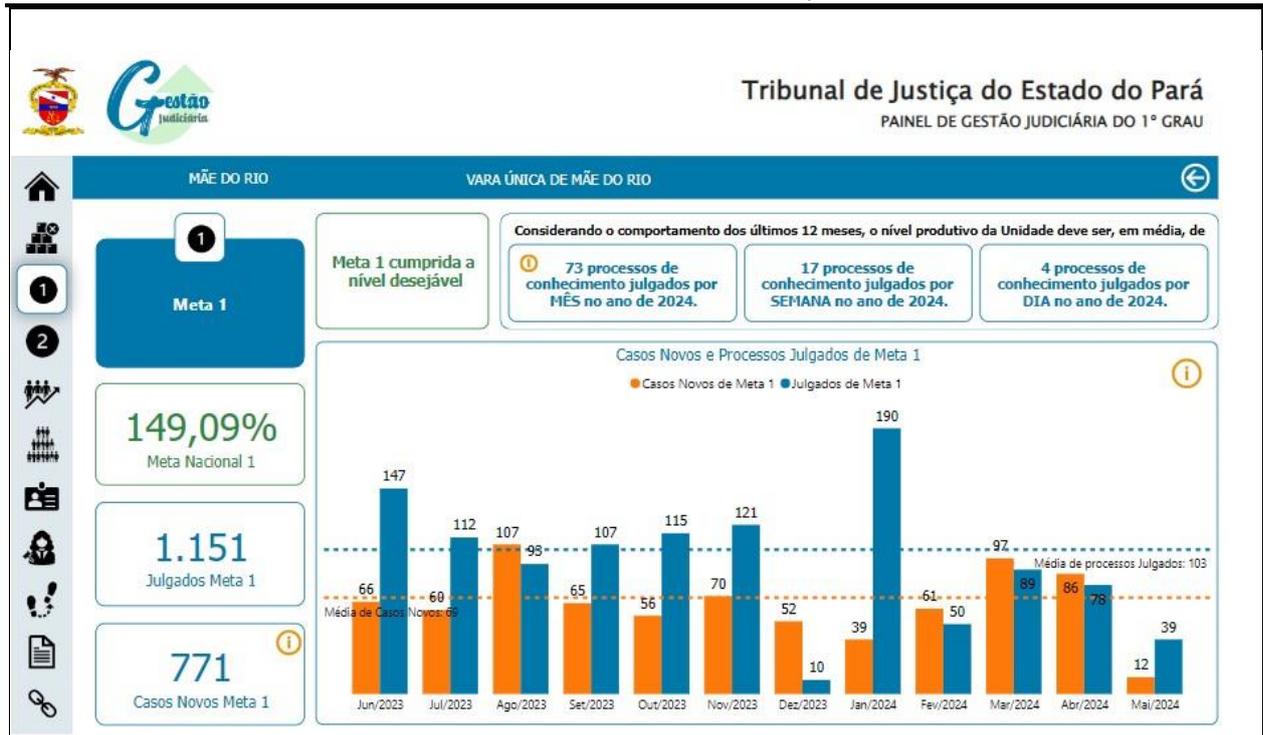
CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total
Ação Penal - Procedimento Ordinário	1	1006	1145
Procedimento Comum	3	337	453
INQUÉRITO POLICIAL		409	5
Termo Circunstanciado		239	26
Cumprimento de sentença	11	129	26
Ruça e Arrecação em Alimcação Fiduciária		121	17
Total	15	3571	549

Lista de processos no acervo ativo da unidade

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE
08002372120218140027	2021	EM ANDAMENTO	PJE1G	278	Termo Circunstanciado
00078540720178140027	2017	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinár
00048921620148140027	2014	EM ANDAMENTO	PJE1G	1116	EXECUÇÃO FISCAL
00048948320148140027	2014	JULGADO	PJE1G	1116	EXECUÇÃO FISCAL
08002499820228140027	2022	EM ANDAMENTO	PJE1G	278	Termo Circunstanciado
08001157120228140027	2022	EM ANDAMENTO	PJE1G	1116	EXECUÇÃO FISCAL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

MÃE DO RIO
VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO
↶

TCL - Taxa de Congestionamento Líquida

70,57%

Taxa de Congestionamento Líquida

3.622

Casos Pendentes

162

Processos Suspensos

1.443

Processos Baixados

Lista de processos pendentes

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE	
00000019820048140027	2004	PJE1G	1116	EXECUÇÃO FISCAL	6
00000020520128140027	2012	PJE1G	7	Procedimento Comum	11
00000042420028140027	2002	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3
00000078619968140027	1996	PJE1G	282	Ação Penal de Competência do Júri	3
00000090720068140027	2006	PJE1G	1116	EXECUÇÃO FISCAL	6
00000108420098140027	2009	PJE1G	7	Procedimento Comum	11
00000109420038140027	2003	PJE1G	1116	EXECUÇÃO FISCAL	6
00000128320118140027	2011	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	1
00000133420128140027	2012	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3
00000136820118140027	2011	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3
00000145320118140027	2011	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3
00000186120098140027	2009	PJE1G	81	Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária	11
00000192220048140027	2004	PJE1G	282	Ação Penal de Competência do Júri	3
00000198020088140027	2008	PJE1G	1707	Reintegração / Manutenção de Posse	11
00000213520178140027	2017	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3
00000219820188140027	2018	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	11
00000223520088140027	2008	PJE1G	7	Procedimento Comum	7
00000235019908140027	1990	PJE1G	282	Ação Penal de Competência do Júri	3
00000242019998140027	1999	PJE1G	282	Ação Penal de Competência do Júri	3
00000245200158140027	2001	PJE1G	40	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3

Sistema

Todos

Número do processo

Todos

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

MÃE DO RIO
VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO
↶

IPS - Índice de Produtividade do Servidor

180

Índice de Produtividade do Servidor

1.443

Processos Baixados

8

Servidor(es)

6

Servidores em Secretaria

2

Servidores em Gabinete

0

Servidores Afastados

Lista de servidor(es) lotados na Unidade

MATRÍCULA	NOME	CARGO	VÍNCULO	TIPO CNU	AFAS
15032	TELMA SUELI DO REGO RODRIGUES	Auxiliar Judiciário	Efetivo	TPEfet	
143928	MAURO ANDRE FIGUEIREDO PENA	Analista Judiciário - Área Judiciária	Efetivo	TPEfet	
159671	CAROLINA ANDRADE DO AMARAL		Exclusivamente Comissionado	TPSV	
171671	FRANCISCO CICERO DO AMARAL NETO	Analista Judiciário - Área Judiciária	Efetivo	TPEfet	
211834	LUCIANA BARBOSA DO NASCIMENTO	Requisitado - Nível Medio	Requisitado	TPI	
211851	WILSON FERNANDES LEAL	Requisitado - Nível Medio	Requisitado	TPI	
211869	LUCAS FELIX DOS SANTOS	Requisitado - Nível Fundamental	Requisitado - Prefeitura	TPI	
212334	ALIANE SILVA DE SOUZA	Requisitado - Nível Medio	Requisitado	TPI	



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Tribunal de Justiça do Estado do Pará

PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

MÃE DO RIO VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO

IAD - Índice de Atendimento a Demanda

Considerando o comportamento dos últimos 12 meses, o nível produtivo da Unidade deve ser, em média, de

- 91 processos BAIXADOS por MÊS no ano de 2024.
- 21 processos BAIXADOS por SEMANA no ano de 2024.
- 5 processos BAIXADOS por DIA no ano de 2024.

173,44%
Índice de Atendimento à Demanda

1.443
Processos Baixados

832
Processos Novos

Área: Todos
 Tipo de baixa: Todos

Casos novos e processos baixados nos últimos 12 meses

Mês	Processos Baixados	Processos Novos
Jun/2023	89	74
Jul/2023	138	54
Ago/2023	233	112
Set/2023	72	68
Out/2023	35	58
Nov/2023	123	79
Dez/2023	109	55
Jan/2024	129	46
Fev/2024	75	67
Mar/2024	206	96
Abr/2024	215	96
Mai/2024	19	13

Média de Casos Novos: 76
 Média de processos Baixados: 133



Tribunal de Justiça do Estado do Pará

PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

MÃE DO RIO VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO

IPM - Índice de Produtividade do Magistrado

Lista de magistrado(s) lotados na Unidade

MATRÍCULA	NOME	CARGO	VÍNCULO	TIPO CNU	AFASTAMENTO
149179	DIOGO BONFIM FERNANDEZ	Juiz(a) de 2ª Entrância	Magistrados	TPMag	Dir

1.443
Índice de Produtividade do Magistrado

1.443
Processos Baixados

1
Magistrado(s)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

MÃE DO RIO VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO

JULGADOS E NÃO BAIXADOS
527

Resumo de processos julgados e não baixados

CLASSE	JULGADOS E NÃO BAIXADOS
Ação Penal - Procedimento Ordinário	141
Procedimento Comum	110
Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	85
Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68	27
Procedimento do Juizado Especial Cível	22
Total	527

Lista de processos julgados e não baixados

Nº PROCESSO	CÓD. CLASSE	DESISTEMA	CLASSE	ASSUNTO
0000042420028140027	203	RIE15	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3608 - Tráfico de Drogas e Condutas Afins
00000192220048140027	202	RIE15	Ação Penal de Competência do Júri	3073 - Homicídio Simples
00000168020038140027	1707	RIE15	Reintegração / Manutenção de Posse	10445 - Estelionato / Turbação / Ameaça
0000022920008140027	7	RIE15	Procedimento Comum	7677 - Reconhecimento / Dissolução
00000249820158140027	69	RIE15	Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68	6233 - Posição
00000313120078140027	172	RIE15	EMBARCOS À EXECUÇÃO	9518 - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à E
00000321620078140027	172	RIE15	EMBARCOS À EXECUÇÃO	9518 - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à E

JULGADOS E NÃO BAIXADOS

Número do processo
Todos

Gratuidade (S: sim; N: não)
Todos

Sigilo (S: sim; N: não)
Todos

Juízo 100% Digital (S: sim; N: não)
Todos

Prioridade (S: sim; N: em branco)
Todos

ACERVO ATIVO DA UNIDADE:

CLASSE	DESITUACAO	Contag
Ação Penal - Procedimento Ordinário	EM ANDAMENTO	1006
INQUÉRITO POLICIAL	EM ANDAMENTO	409
Procedimento Comum	EM ANDAMENTO	337
Termo Circunstanciado	EM ANDAMENTO	239
Cumprimento de sentença	EM ANDAMENTO	129
Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária	EM ANDAMENTO	121
EXECUÇÃO FISCAL	EM ANDAMENTO	95
Execução da Pena	EM ANDAMENTO	88
Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68	EM ANDAMENTO	86
Guarda	EM ANDAMENTO	80
Interdição	EM ANDAMENTO	68
Auto de Prisão em Flagrante	EM ANDAMENTO	59
Carta Precatória Cível	EM ANDAMENTO	59
Execução de Título Extrajudicial	EM ANDAMENTO	59
Procedimento do Juizado Especial Cível	EM ANDAMENTO	59
Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da	EM ANDAMENTO	56
Averiguação de Paternidade	EM ANDAMENTO	49
Carta Precatória Criminal	EM ANDAMENTO	48
Retificação ou Suprimento ou Restauração de	EM ANDAMENTO	47
Ação Penal de Competência do Júri	EM ANDAMENTO	43
Processo de Apuração de Ato Infracional	EM ANDAMENTO	42
INVENTÁRIO	EM ANDAMENTO	31
Alvará Judicial - Lei 6858/80	EM ANDAMENTO	30
Ação Civil Pública	EM ANDAMENTO	29
DIVÓRCIO LITIGIOSO	EM ANDAMENTO	29
MONITÓRIA	EM ANDAMENTO	24
Boletim de Ocorrência Circunstanciada	EM ANDAMENTO	23
Execução de Alimentos Infância e Juventude	EM ANDAMENTO	14
Guarda de Família	EM ANDAMENTO	12
Reintegração / Manutenção de Posse	EM ANDAMENTO	12
DIVÓRCIO CONSENSUAL	EM ANDAMENTO	9
Ação de Alimentos	EM ANDAMENTO	8
ADOÇÃO	EM ANDAMENTO	8
Cautelar Inominada Criminal	EM ANDAMENTO	8
Ação Penal - Procedimento Sumário	EM ANDAMENTO	7



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL	EM ANDAMENTO	7
MANDADO DE SEGURANÇA	EM ANDAMENTO	7
Pedido de Busca e Apreensão Criminal	EM ANDAMENTO	7
Tutela	EM ANDAMENTO	7
Cautelar Inominada	EM ANDAMENTO	6
Inquérito Policial Militar	EM ANDAMENTO	6
Outros procedimentos de jurisdição voluntária	EM ANDAMENTO	6
Pedido de Prisão Preventiva	EM ANDAMENTO	6
Carta de Ordem Cível	EM ANDAMENTO	5
EXECUÇÃO PENAL E DE MEDIDAS ALTERNATIVAS	EM ANDAMENTO	5
Ação Civil de Improbidade Administrativa	EM ANDAMENTO	4
Auto de Prisão	EM ANDAMENTO	4
Dúvida	EM ANDAMENTO	4
IMISSÃO NA POSSE	EM ANDAMENTO	4
Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telemática	EM ANDAMENTO	4
Petição	EM ANDAMENTO	4
Cumprimento Provisório de Sentença	EM ANDAMENTO	3
EMBARGOS À EXECUÇÃO	EM ANDAMENTO	3
Medidas de Proteção à Criança e Adolescente	EM ANDAMENTO	3
Representação Criminal/Notícia de Crime	EM ANDAMENTO	3
Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	EM ANDAMENTO	2
Auto de Apreensão em Flagrante	EM ANDAMENTO	2
BUSCA E APREENSÃO	EM ANDAMENTO	2
Embargos à Execução Fiscal	EM ANDAMENTO	2
Embargos de Terceiro Cível	EM ANDAMENTO	2
Execução de Medidas Sócio-Educativas	EM ANDAMENTO	2
Execução de Título Judicial	EM ANDAMENTO	2
Incidente de Sanidade Mental	EM ANDAMENTO	2
Insanidade Mental do Acusado	EM ANDAMENTO	2
Procedimento Especial da Lei Antitóxicos	EM ANDAMENTO	2
Procedimento ordinário	EM ANDAMENTO	2
Procedimentos Investigatórios	EM ANDAMENTO	2
Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	EM ANDAMENTO	1
Anulação e Substituição de Títulos ao Portador	EM ANDAMENTO	1
Arrolamento Sumário	EM ANDAMENTO	1
Carta Precatória Infância e Juventude	EM ANDAMENTO	1
Carta Precatória Infracional	EM ANDAMENTO	1

Conversão de Separação Judicial em Divórcio	EM ANDAMENTO	1
Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Cordeiro	EM ANDAMENTO	1
HABEAS CORPUS	EM ANDAMENTO	1
Habilitação para Adoção	EM ANDAMENTO	1
Justificação Criminal	EM ANDAMENTO	1
LIVRAMENTO CONDICIONAL	EM ANDAMENTO	1
MANDADO DE INJUNÇÃO	EM ANDAMENTO	1
Pedido de Prisão Temporária	EM ANDAMENTO	1
Petição Criminal	EM ANDAMENTO	1
Petição.	EM ANDAMENTO	1
Prestação de Serviços a Comunidade	EM ANDAMENTO	1
Processo Administrativo	EM ANDAMENTO	1
Processo de Execução	EM ANDAMENTO	1
Providência	EM ANDAMENTO	1
Relatório de Investigações	EM ANDAMENTO	1
Renovatória de Locação	EM ANDAMENTO	1
Separação de Corpos	EM ANDAMENTO	1
Separação Litigiosa	EM ANDAMENTO	1
Sobrepartilha	EM ANDAMENTO	1
Tutela Cautelar Antecedente	EM ANDAMENTO	1
Usucapião	EM ANDAMENTO	1



17. CONCLUSÃO:

A Comarca de Mãe do Rio pertence ao 6º Pólo – 6ª Região Judiciária – Sede Paragominas (2ª entrância). O Exmo. Sr. Dr. Diogo Bonfim Fernandez é o juiz titular da Comarca desde 22/01/2024 e atua na 49ª Zona Eleitoral. O analista judiciário Mauro André Figueiredo Pena é o Diretor de Secretaria desde o ano de 2018.

A Unidade possui competência ampla para feitos criminais e cíveis e, ainda, execução penal em regime aberto.

O corpo funcional da Secretaria é composto por **07** servidores, dos quais **04** são cedidos da Prefeitura Municipal. No Gabinete laboram **04** servidores: o assessor do juízo, um analista judiciário e um servidor (agente de segurança) que auxilia nas audiências, contando ainda, com uma estagiária.

Durante o período da inspeção, o acervo ativo da Unidade era de **4.135** processos e conta com **162** processos suspensos no sistema PJE.

De acordo com os dados constantes do Painel de Gestão Judiciária, o IEJud da Unidade é de **81,35**. Dados que merecem especial atenção e acompanhamento do Juízo são o índice de processos paralisados há mais de 100 dias que se encontra em **20,63%** (**853** feitos, sendo **144** na Secretaria e **709** em Gabinete) e os dados referentes à Meta 2, considerando que há necessidade de julgamento de **516** feitos para incremento do atual índice de **76,68%**. Há **527** processos julgados e não baixados.

Os índices de baixa processual da Unidade no ano de 2023 foram de **142,19%** e no ano de 2024, até o dia da inspeção era de **186,15%**. No ano de 2023, a Unidade cumpriu as Metas 1, 4 e 10, não cumprindo as Metas 2, 8 e 11.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

No ano corrente **destaca-se o índice de cumprimento da Meta 1**, tendo sido distribuídos **292** processos e julgados **435**. Verifica-se, porém, a necessidade de que sejam imprimidos esforços para julgamento dos processos autuados até 2021, constantes da lista de PAPJ:

PAPJ - Processos Antigos Pendentes de Julgamento	
PAPJ	60.19%
Pendentes de julgamento iniciados até 2021	1,488
Pendentes de julgamento total	2,472
Objetivo principal 20%	Abaixo de 20%
Esforço julgamento 20%	994
Objetivo secundário 30%	Abaixo de 30%
Esforço julgamento 30%	746
Alvo pendentes julgamento 2021	494

No sistema SEEU havia **122** execuções ativas em aberto, **não havendo processos conclusos há mais de 100 dias**, contudo com pendências de incidentes a serem verificados pela Secretaria. Verificou-se que muitas das funções relacionadas aos sistemas processuais **estão concentradas apenas na pessoa do Diretor de Secretaria**, pelo que, sugere-se ao Corregedor-Geral que recomende ao magistrado que determine aos servidores efetivos e cedidos que realizem os cursos de aperfeiçoamento disponibilizados pela Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará, especialmente para melhor distribuição das funções nos sistemas processuais e **desconcentração** unicamente na pessoa do Diretor de Secretaria.

O Promotor de Justiça Adriano Moda Silva atua na Comarca, tendo iniciado suas atividades por volta de duas semanas antes da presente Inspeção.

Não há prédio próprio da Defensoria Pública no município, tendo sido disponibilizada uma sala no prédio do Fórum para uma servidora da Prefeitura Municipal que faz atendimentos, minuta peças e após encaminha ao Defensor Público de Paragominas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

No que se refere aos processos envolvendo réus presos provisórios, a Unidade no período da inspeção, contava com 15 (quinze) presos provisórios cujas ações penais são devidamente controladas pela Unidade através de etiquetas e de planilha bem organizada.

Constatou-se a não observância, nos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal, do cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB, o que deve ser inserido na rotina da Unidade através de plano de trabalho que inclua a participação de todos os servidores que atuem nos feitos criminais.

A Comarca de Mãe do Rio possui uma servidora analista judiciário – assistente social, Narjara Oliveira, que atende também a Comarca de Aurora do Pará, realizando estudos sociais e depoimentos especiais. Em conversa com a equipe de inspeção, a servidora informou que possui grande demanda relacionada a processos de estupro de vulnerável e que possui acesso sempre ao magistrado da Unidade, tanto pessoalmente quanto pelo aplicativo *teams*, em sendo necessário. A servidora mencionou que necessitou acionar a Secretaria de Informática, através de chamado técnico para regularizar a situação de alguns processos no sistema PJE que não conseguia visualizar (mencionou os processos n. 00097181220198140027 e n. 00011010520158140027). Na oportunidade, a servidora apresentou o relatório de atividades que produziu no ano de 2023, informando que desenvolve um trabalho representando o Poder Judiciário nas escolas municipais, ministrando palestras sobre abuso de crianças e adolescentes, bullying e a cultura de paz. As demandas são feitas pelo Poder Judiciário e a servidora se dirige as escolas. O Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente é atendido também pela Assistente Social quando demandada. Hoje na equipe multidisciplinar só há a Assistente Social. A servidora participou da elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, indicada pela magistrada que atuava anteriormente na Comarca.

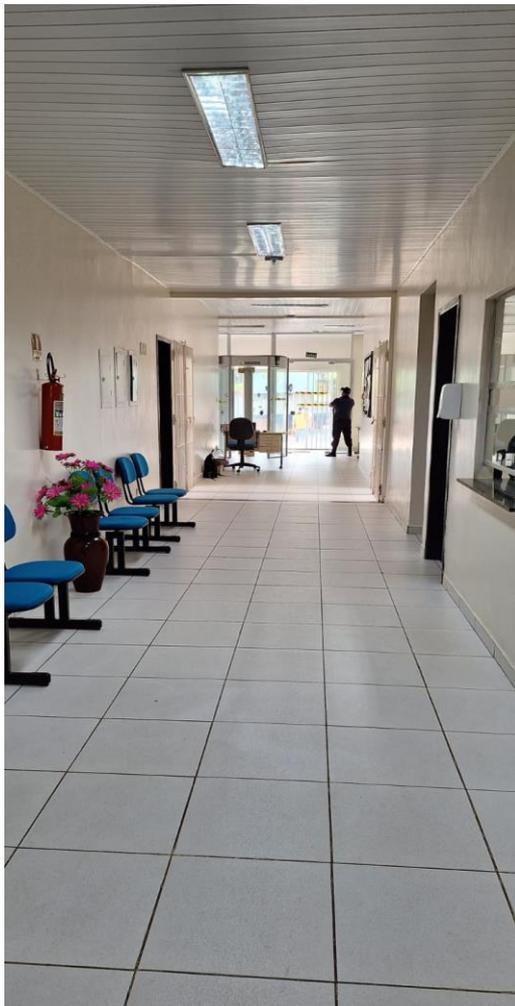


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Durante os dias de inspeção, verificou-se que um intenso movimento de atendimento no balcão da Secretaria.

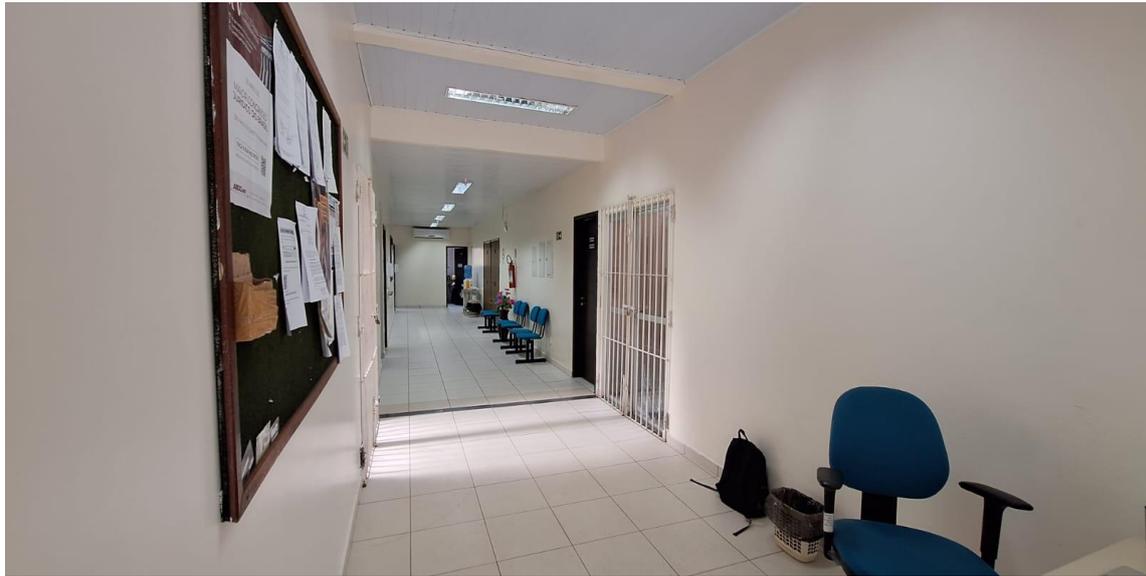
Situação observada também durante os trabalhos é a frequente queda de energia no prédio, interrompendo o andamento dos serviços, tendo sido reportado pelos servidores que já houve troca de equipamentos, contudo, o problema persiste, especialmente quando são ligados os equipamentos do salão do Júri. Também durante a inspeção verificou-se a instabilidade do serviço de rede de internet do Fórum, que prejudica a continuidade dos trabalhos.

Merece registro no presente relatório o **excelente zelo** que os servidores e terceirizados possuem com o prédio do Fórum, extremamente limpo e com espaços bem conservados e organizados.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



A segurança do prédio é realizada por um vigilante no período de 7 às 16hs e alarme nos demais períodos.

Sugestão apresentada ao magistrado titular da Comarca é que expeça ofício ao Delegado de Polícia Civil da Comarca para que todos os inquéritos policiais oriundos de pedidos de medidas protetiva de urgência sejam cadastrados separadamente das respectivas medidas protetivas de urgência, com apenas a referência no número da medida protetiva no bojo do inquérito. Com esta providência o inquérito oriundo de medida protetiva passará a possuir autuação própria e progressivamente será possível



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

que as medidas protetivas sejam arquivadas tão logo ocorra o trânsito em julgado da decisão.

Verificou-se durante a inspeção, a necessidade de treinamento, especialmente no que se refere às ferramentas do sistema PJE e conhecimento do Painel de Gestão Judiciário, tendo sido promovidos 02 (dois) workshops, contando com a colaboração do servidor Gleison Gomes, Diretor do Planejamento, Gestão e Estatística no dia 09/05/2024, 15hs, pelo aplicativo teams.



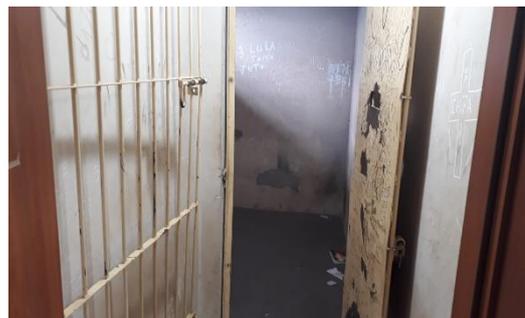


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

O workshop sobre as ferramentas do PJE foi promovido no dia 10/05/2024, às 08:30hs pela assessoria técnica de informática da Corregedoria Geral de Justiça, Noemy Carvalho.



Como parte dos trabalhos de inspeção foi realizada visita à Delegacia de Polícia da Comarca de Mãe do Rio em 10/05/2024, onde verificou-se a existência de bens apreendidos acautelados, vinculados a processos criminais, para os quais deve o magistrado providenciar a devida destinação, em observância ao que determina o Provimento Conjunto n. 02/2021-CJRMB/CJCI.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Realizou-se, ainda, visita à Casa de Acolhimento Institucional Raimunda Pontes, ocasião em que havia 06 (seis) crianças acolhidas.



Dos trabalhos de inspeção correicional, conclui-se que, uma vez que se trata de Vara Única, com ampla competência cível e criminal e que a posse do atual magistrado titular ocorreu há apenas 04 meses, **novas rotinas de gestão ainda estão sendo verificadas e implementadas**. Há especial necessidade de que a Unidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

elabore um plano de ação para enfrentamento das demandas mais sensíveis observadas, especialmente, no **impulso dos processos paralisados há mais de 100 dias em Secretaria e Gabinete.**

Sugere-se que o magistrado solicite auxílio ao Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística para elaborar plano de ação que contemple, a princípio, esta demanda.

Registre-se, por fim, o agradecimento da equipe de inspeção ao Magistrado Diogo Bonfim Fernandez, ao Diretor de Secretaria Mauro Pena e a todos os demais servidores da Unidade, pelo atendimento dos prazos, acolhida, colaboração, presteza e auxílio na coleta dos dados.

19. ANEXOS:

1. Controle de processos envolvendo réus presos provisórios;
2. Nota da assessoria técnica de informática da CGJ;
3. Relatório de visita à Delegacia de Polícia da Comarca de Mãe do Rio;
4. Relatório de visita à Casa de Acolhimento Institucional;
5. Relatório de pós fiscalização realizada pelo Serviço de Fiscalização da Arrecadação dos Serviços Judiciais – SOFAJ – ano 2022;
6. Relatório de pós fiscalização realizada pelo Serviço de Fiscalização da Arrecadação dos Serviços Judiciais – SOFAJ – ano 2023;
7. Relatório de pós fiscalização realizada pelo Serviço de Fiscalização da Arrecadação dos Serviços Judiciais – SOFAJ – ano 2024;
8. Relatório de subcontas sem movimentação há mais de 03 anos;
9. Relatório sintético das subcontas da Unidade;
10. Relatório quantitativo de atividades realizadas pela assistente social no ano de 2023;
11. Relatório de visita ao serviço de acolhimento institucional realizado pela assistente social em 25/01/2024;
12. Listagem de crianças acolhidas em 10/05/2024;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Sendo estas as considerações resultantes dos trabalhos de inspeção realizada nos dias 09 e 10/05/2024 na Vara Única da Comarca de Mãe do Rio, **submetemos** o presente relatório à **apreciação do Exmo. Sr. Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Junior, Corregedor Geral de Justiça**, para análise e considerações finais.

Mãe do Rio, Pa, 10 de maio de 2024.

ANA ANGELICA ABDULMASSIH Assinado de forma digital por ANA ANGELICA
ABDULMASSIH OLEGARIO:7919
OLEGARIO:7919 Dados: 2024.09.18 12:25:53 -03'00'

Ana Angélica Abdulmassih Olegário

Juíza Corregedora

TATYANE CRISTINA Assinado de forma digital por
TATYANE CRISTINA GARCIA DA
GARCIA DA SILVA:66193290206
SILVA:66193290206 Dados: 2024.09.18 12:19:33
-03'00'

Tatyane Cristina Garcia da Silva

Servidora da CGJ